

ATA N.º 267

----- Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, no Centro das Artes e do Espectáculo de Sever do Vouga, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Mário José Costa da Silva, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ordem de Trabalhos

- 1 Período da Ordem do Dia**
 - 1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara
 - 1.2 Associação Qualifica – Adesão
 - 1.3 Versão Final do Regulamento Municipal do Fundo de Emergência Social
 - 1.4 Estratégia Local de Habitação do Concelho de Sever do Vouga
 - 1.5 Freguesia de Talhadas – Apoio
 - 1.6 Alteração da Delimitação da ARU – Área de Reabilitação Urbana da Vila de Sever do Vouga
 - 1.7 Freguesias – Transferências de Competências
 - 1.8 Mapa de Pessoal e Plano de Recrutamentos 2021 – 1ª Alteração
 - 1.9 Aquisição por Aluguer Operacional de Viaturas Elétricas – Compromissos Plurianuais
 - 1.10 Transferência de Competências para o Município 2021 – Educação
 - 1.11 Transferência de Competências para o Município 2021 – Ação Social
 - 1.12 Transferência de Competências para o Município 2021 – Saúde
- O presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e dez minutos.-----
- O presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----
- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----
- Alexandre Paulo Tavares Machado
 - Ana Cristina da Silva Tavares
 - António Augusto Macedo de Cruz
 - António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro
 - António Fernando da Silva Dias
 - Beatriz Manuel Lourenço Soares
 - Belmiro Manuel Marques
 - Carlos Manuel Martins Tavares
 - Cipriano de Arede Nogueira
 - Custódio Tavares Pereira de Lima
 - David da Silva Alves
 - Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva
 - Edite Bastos Rodrigues
 - Elmano Jorge Ribeiro da Silva
 - Iolanda Maria Ribeiro Silva Matos
 - Jorge Manuel Henriques da Graça
 - José Carlos Ribeiro de Sousa
 - Júlio Martins Fernandes
 - Luís Filipe Tavares da Silva Pedro
 - Mariana Fernanda Martins de Bastos
 - Mário José Costa da Silva
 - Patrícia Sofia Martins Santos
 - Paula Cristina Dias Coutinho
 - Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço
 - Pedro Miguel Martins Mendes
 - Renata Liliana da Costa Marques
 - Sérgio Soares da Silva

- Tony Pedro Ribeiro Martins-----
--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de António José Martins Coutinho, Presidente; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-presidente; Maria Elisabete Martins Henriques, Raul Alberto da Conceição Duarte, Paulo César de Bastos Martins, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo e Ricardo Manuel Tavares da Silva, Vereadores.----
--- Foram registadas as seguintes faltas: Ana Maria Tavares Mendes, que foi substituída por Renata Liliana da Costa Marques, Ana Patrícia da Silva Ferreira, que foi substituída por Belmiro Manuel Marques.-----
--- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

-----**Ordem de trabalhos**-----

1 Ata – Foi apreciada a ata n.º 265, da sessão ordinária de 28 de dezembro de 2020, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e foi aprovada, por unanimidade, pelos membros Alexandre Machado, Ana Tavares, António Cruz, António Dias, António Monteiro, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Renata Marques, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

Foi apreciada a ata n.º 266, da sessão ordinária de 19 de fevereiro de 2021, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e foi aprovada, por unanimidade, pelos membros Alexandre Machado, Ana Tavares, António Cruz, António Dias, António Monteiro, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Iolanda Matos, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Renata Marques, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

1.2 Correspondência:-----

Não foi recebida correspondência.-----

-----**3 – Período Antes da Ordem do Dia**-----

3.1 – Assuntos de Interesse Local-----

----- O presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo e à chamada por ordem de inscrição ou alternada nos termos regimentais.-----

Tony Martins – Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, senhoras e senhores deputados municipais, senhor presidente da Câmara e restantes membros do executivo, senhores presidentes de Junta de Freguesia, minhas senhoras e meus senhores. Por diversas vezes o PSD tem alertado o executivo, aqui nesta Assembleia Municipal, para a necessidade urgente de uma estratégia de incentivo à fixação e retenção de pessoas e sobretudo jovens, no nosso concelho, através da criação de condições para as empresas existentes e ou a criação de novas empresas sem esquecer o sector turístico, e desta forma combater o abandono e desertificação que tem vindo a agravar-se de uma forma generalizada, sobretudo ao nível das freguesias. Esta questão deveria ser a principal preocupação deste executivo, delineando uma estratégia clara e com objetivos bem definidos, de forma que todos os cidadãos, se identifiquem com a mesma. Um dos principais problemas está mais que identificado, é parte integrante dos programas e promessas eleitorais em todas as campanhas eleitorais do PS. Infelizmente, não passa disso mesmo, uma promessa. Em março fomos testemunhas de mais um anúncio de uma obra que se repete ano após ano, legislatura em legislatura. Estou a falar do já famoso acesso de Sever do Vouga à A25. Anúncio, esse, feito como pompa e circunstância. Um investimento de cinquenta milhões de euros que será para avançar e concluir até 2026. Mas, este assunto, que mais parece uma novela mexicana, conheceu novos contornos. Há pouco mais de uma semana, ficamos a saber que afinal, esta obra já

não está contemplada no PRR. A pergunta que se impõe é a seguinte: como é possível termos tudo e o seu contrário em menos de um mês? Julgamos que os severenses não merecem ser tratados desta forma, merecem todo o respeito, esforço e empenho na concretização desta obra. Entretanto, senhor presidente, deixamos aqui uma sugestão. Enquanto vem e não vem esta ligação, ficamos todos a aguardar a cenas dos próximos capítulos, porque não tratar de outro problema bem mais simples, ao vosso alcance e que pode minimizar os problemas diários dos severenses. Aliás, também este foi anunciado por vossa excelência, nomeadamente o corte das curvas da E.N. 16 na zona do Carvoeiro. Seguramente todos os utentes agradecem. Queria, também, recordar aqui uma data - 19 de dezembro de 2019, mais ou menos um ano e meio. Para quem esta data já nada diz, recordo que, nesse dia, o rio subiu de uma forma rápida e descontrolada invadindo as margens da E.N. 16 impedindo a livre circulação, inundando casas, restaurantes e praia fluvial da Quinta do Barco, provocando inúmeros prejuízos e colocando em perigo pessoas em bens. Quase um ano e meio depois, é parca, ou melhor, nula a informação disponibilizada pelo executivo. Perguntamos, portanto, ao senhor presidente, esclareça a esta Assembleia Municipal qual o real ponto de situação. Já existe algumas respostas e conclusões por parte da Greenvouga? Que ações tem a Câmara Municipal tomado no sentido da resolução deste assunto? Que medidas foram tomadas no apoio aos lesados? Que medidas preventivas foram tomadas no sentido de evitar que novos incidentes não se repitam? Em conclusão, queria lembrar o executivo que todos nós, membros do executivo e da Assembleia Municipal, fomos eleitos para defender os interesses do concelho e dos seus munícipes. Os problemas têm que ser encarados e resolvidos em tempo útil e julgamos um ano e meio um tempo excessivo para a resolução deste problema.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor presidente da mesa. Começo por cumprimentar a mesa, cumprimentar a Câmara Municipal na pessoa do senhor presidente, cumprimentar os senhores deputados municipais, senhores presidentes de Junta, público aqui presente e começaria por um ponto que nós consideramos fundamental e que nos deixa profundamente preocupados e que não é novo. O CDS teve ocasião de já, no passado, chamar a atenção para a difícil situação em que se encontram os serviços de saúde no concelho de Sever do Vouga. Tive ocasião, ainda, enquanto deputado da Assembleia da República, de visitar o Centro de Saúde. Enquanto deputado municipal tive ocasião de apresentar, aqui, uma moção manifestando a preocupação pela falta de médicos no Centro de Saúde e de essa mesma moção ser, aqui, aprovada, apelando ao senhor presidente da Câmara para que movesse as diligências possíveis para resolver esse mesmo problema e, infelizmente, as notícias que nós temos é de que a situação não está melhor, antes pelo contrário, está pior. Sabemos que, neste momento, ao que parece, há falta de médico para Silva Escura e Dornelas, para o posto de saúde, que o mesmo problema se passará, também, em Rocas, e nós não podemos deixar de estranhar que uma Câmara que é do partido socialista com um governo que é do partido socialista, também, com uma administração regional do centro que é nomeada por esse mesmo governo do partido socialista, com uma administração do hospital de Aveiro que é nomeada pelo mesmo partido socialista com o ACeS nomeado, também, pelo mesmo partido socialista, estranhamos que não tenha conseguido, senhor presidente, até hoje, defender os interesses do concelho de Sever do Vouga, defender os interesses dos seus munícipes, de forma a conseguir garantir que o facto de médicos terem atingido o limite de idade que os leva a não prestar serviço de saúde, nomeadamente à noite, que levou, aliás, ao fecho do Centro de Saúde de Sever à noite, que, neste momento, começam a faltar os médicos nos postos de saúde, que esta situação ainda não tenha sido resolvida. Porque há algo que nos deixa preocupados e que vamos discutir ao longo desta assembleia municipal. Nós temos a vila, temos as freguesias, e Sever do Vouga não é apenas a vila, são também as freguesias. É o povo que mora nessas freguesias que é importante, também, acudir e proteger. E, senhor presidente, aquilo que, infelizmente, nos parece em determinadas alturas, é que esquecem

essas pessoas e isso não é, no nosso entender, aceitável porque esquecer-se o povo dessas freguesias, são mais pequenas e, por isso mesmo, mais frágeis, têm mais dificuldades em aceder a estes serviços fundamentais para a sua qualidade de vida. É aquilo que leva, e que nós censuramos também, que haja depois, no país e na região, quem esqueça os interesses do concelho de Sever do Vouga que também é um concelho mais pequeno e mais frágil comparativamente com aquilo que é a dimensão dos nossos concelhos vizinhos e, por essa mesma razão, eu tive ocasião de, na última assembleia intermunicipal da região de Aveiro chamar a atenção para aquilo que, para nós, é motivo de grande preocupação que foi, depois de ter sido inscrita na bazuca europeia, no PRR a ligação à A25 do concelho de Sever do Vouga, no momento em que a Comissão Europeia colocou dúvidas e reservas em relação a várias obras que tinham sido apresentadas pelo governo, a primeira a cair foi a ligação da A25 do concelho de Sever do Vouga. Isso demonstra, desculpe que lhe diga senhor presidente, a incapacidade de reivindicação que vossa excelência tem junto do governo central. Não é só na questão da falta de médicos no Centro de Saúde, é também na ligação à A25 que se vê essa incapacidade. E, desculpe que lhe diga senhor presidente, nós não engolimos aquilo que foi o penso rápido que nos tentaram oferecer que foi dizer que a obra vai ser feita apenas recorrendo a verbas do Orçamento do Estado porque digo-lhe, aqui, que não acredito. O mesmo Orçamento do Estado previu verbas para a IC35, o mesmo que dizia que ia ser feita a ligação da A32 e o mesmo governo que tem o mais baixo investimento público de sempre não merece qualquer credibilidade nessa solução. Aliás, tal como disse na assembleia da região de Aveiro, aquilo que digo aqui hoje é, com papas e bolos se enganam os tolos. Com promessas destas, o que querem nos fazer é de tolos e, portanto, eu não acredito que com as verbas do Orçamento do Estado seja feita a ligação à A25. Portanto, senhor presidente, esse é mais um projeto em que esta Assembleia Municipal se pronunciou como sendo prioritário para este mesmo concelho, aquilo que nós queremos é que o senhor presidente assuma as suas responsabilidades de defesa dos interesses do concelho e que seja capaz de, em Lisboa, reivindicar o mais rápido início desta obra e sua conclusão porque, ao fim de trinta anos, continuamos à espera dessa mesma ligação à A25.-----

Sérgio Soares – Muito boa tarde minhas senhoras e meus senhores, senhores deputados municipais, senhora e senhores vereadores da Câmara, caríssima mesa. Eu, hoje, não venho aqui, de certa forma, fazer um discurso propriamente dito. Venho mais dar uma informação. Queria informar, concretamente, o deputado Jorge Graça, que recentemente ficou um bocado incomodado porque houve uma publicação online, no decorrer numa anterior Assembleia Municipal, e eu venho informar para que fique calmo que eu, durante o decorrer desta assembleia, irei fazer outra publicação e que terá a ver com a ata que, anteriormente, foi aqui aprovada por nós. Isto, na minha opinião, não é mais do que poupar trabalho a esta mesa porque, há mais de dois anos, foi aqui aprovado, por unanimidade, transmitir em direto as sessões desta Assembleia Municipal, mas a mesa, ou se calhar a Câmara, parece que não há interesse em que a informação chegue aos severenses. É curioso, até, também estamos em semana de abril e, já agora, nesse sentido, e para rematar, também tive o cuidado de apreciar que esta mesa, em semana de abril, teve o cuidado de não vir com o discurso do costume e, pelo menos, teve uma postura de coerência. Portanto, senhor deputado e senhores membros da Assembleia e da Câmara podem estar calmos que, dentro de momentos, eu vou fazer uma publicação online.-----

Paulo Lourenço – Senhor presidente da mesa da Assembleia e restantes membros, senhor presidente da Câmara, vereadora e vereadores, senhores deputados municipais, presidentes de Junta, entidades e público presente, boa tarde. Um tema central nosso, destes anos de intervenções, tem sido segurança, seja com rails, neste caso a falta deles em muitos locais, a falta de passadeiras ou mal marcadas, bem como a marcação nas estradas que é, muitas vezes, inexistente. Hoje, porém, vou falar de um caso mais concreto. A estrada de ligação entre Silva Escura e Dornelas. É certo e sabido que todas as obras causam transtornos inevitáveis, mas nesta estrada a sinalização é muito deficiente ao longo da via e, sobretudo,

nos locais de trabalho. O piso ou a falta dele, em muitos locais, demonstra, por parte do empreiteiro, uma enorme falta de cuidado e respeito por quem ali tem de transitar. No final do dia e, principalmente, ao fim de semana, não custava muito colocar um pouco de tout-venant e varrer a terra ou lama, conforme as condições climatéricas. Isto devia ser algo a ter em conta pela fiscalização, pelo empreiteiro e, sobretudo, pelo dono da obra. Mas, nem tudo é mau. Finalmente iniciou-se o tabuleiro da ponte do Folharido sobre o Rio Mau, Costa Má, designadamente. Este sistema já foi alertado várias vezes e finalmente começou as obras, parece que já cheira a eleições. As eleições deviam ser de dois em dois anos.-----

Jorge Graça – Excelentíssimo senhor presidente da mesa e restantes membros da mesma, excelentíssimo senhor presidente da Câmara de Sever do Vouga e excelentíssimos vereadores, excelentíssimos senhores deputados da Assembleia Municipal, excelentíssimos senhores presidentes de Junta, comunicação social aqui presente, minhas senhoras e meus senhores. Tenho aqui uma intervenção escrita, que vou passar a ler de seguida, mas não podia deixar, uma vez que não foi aqui focado, de fazer só um breve comentário ao senhor presidente da Junta Sérgio Soares. Se calhar calculei mal as medidas da carapuça e ela serviu a mais gente do que eu pensava. Pode conferir, não sou seu seguidor nas redes sociais, portanto, não me referia, no meu comentário, a si, de certeza absoluta. Houve outras pessoas que fizeram publicações durante uma assembleia e era exatamente a isso que eu me referia, portanto, não foi a si. Lamento que a carapuça tenha servido, não era para si e que fique claro, não sei exatamente qual foi a sua publicação a que o senhor se refere. Vou procurar. Passando à minha intervenção propriamente dita. Não podia deixar, apesar da data já ter passado, de exaltar aqui uma data importante, penso que para todos, que é o 25 de Abril. Acabam de passar 47 anos sobre a revolução do 25 de abril de 1974, um dos mais altos momentos da história de Portugal, que restituiu a liberdade ao povo, pilar essencial da democracia e da cidadania, dando origem a profundas alterações na organização social, económica, política e mesmo cultural do nosso país. O povo, fustigado por quase meio século de censura, opressão e autoritarismo, saiu à rua, gritando palavras de alegria e entusiasmo pela queda da ditadura. Nesse dia, para a grande maioria dos portugueses nasceu a esperança num futuro melhor, com mais coesão territorial, justiça social, solidariedade, liberdade de expressão, igualdade e fraternidade. É inquestionável que passadas que são quase cinco décadas sobre a “Revolução dos Cravos”, foram implementadas importantes políticas públicas de desenvolvimento, que contribuíram para a melhoria das condições de vida dos cidadãos, e para uma convergência para níveis mais elevados de desenvolvimento humano, aproximando Portugal dos restantes Países da União Europeia. Para isso em muito contribuiu, uma outra importante conquista de Abril de 1974, o Poder Local Democrático. Devido à proximidade que o poder local tem com as populações e ao conhecimento que tem dos recursos locais, são os principais agentes de desenvolvimento sustentável e o seu papel é fundamental no quadro do paradigma da coesão territorial. Nas últimas décadas, também, o concelho de Sever do Vouga registou um assinalável e notável desenvolvimento em todas as áreas, conduzindo a uma significativa melhoria da qualidade de vida dos severenses. Com trabalho, sentido de responsabilidade, rigor e boa gestão dos recursos públicos, será possível continuar a olhar com confiança para o futuro, porque acreditamos nos severenses, nas instituições e nas empresas deste concelho, que diariamente dão o seu melhor em prol do bem-comum. É nosso dever, enquanto cidadãos que herdámos um país livre, fruto do sonho dos “Capitães de Abril”, lutar diariamente pela liberdade, pela promoção da cidadania e da democracia e que isso se traduza em mais bem-estar para os nossos concidadãos. Viva a Liberdade! Viva Sever do Vouga! Viva Portugal! Sobre a ligação Sever do Vouga à A25, todos sabemos que a realização desta ligação é da responsabilidade do governo e não da Câmara Municipal de Sever do Vouga apesar de, muitas vezes, as bancadas da oposição quererem fazer crer o contrário. À Câmara Municipal de Sever do Vouga cabe a obrigação de exercer o dever de influência e pressão sobre a tutela como, insistentemente, o tem feito.

Estaremos todos de acordo e ansiosos para que esta ligação seja uma realidade. No entanto, face às recentes e diversas notícias sobre este assunto, politicamente, tem-se gerado uma alternância de satisfação e frustração. Para nós, bancada do PS, executivo camarário e para a maioria dos severenses, foi com grande satisfação que vimos esta ligação fazer parte do *draft* do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). E foi com grande frustração que, por imposição de uma redução de 20% no valor do pacote onde esta obra estava incluída, Componente 7 - Infraestruturas, vimos a exclusão desta ligação da versão final do PRR. Adivinho que, para muitos da oposição, esta alternância entre satisfação e frustração também esteja presente, mas de forma assíncrona com a nossa, bancada do PS, executivo camarário e a maioria dos severenses, politicamente falando. Todos se lembrarão, certamente, que esta obra tinha sido prometida pelo senhor Secretário de Estado Sérgio Monteiro, do Governo PSD/CDS, aquando da inauguração da Ficavouga em 2015. Mais afirmou que esta obra seria financiada com verbas do Quadro Comunitário. No entanto, foi de imediato corrigido pela presidente da CCDR-C da altura, atual Ministra da Coesão, que veio desmentir que não havia nenhuma verba destinada para o efeito até porque a Comunidade Europeia, já nessa altura, não aceitava comparticipações para vias de comunicação. E assim chegamos à situação atual. E é, novamente, com grande satisfação para nós, talvez frustração para outros, que constatamos que o governo não deixará cair a execução da ligação rápida de Sever do Vouga à A25, reconhecendo a essencialidade da implementação deste projeto, e tendo já aprovado em Conselho de Ministros uma resolução com vista a executar esta obra, cuja importância é reconhecida pelo IP - Infraestruturas de Portugal e pelo Conselho de Obras Públicas e, estando integrada como prioritária no PNI - Plano Anual de Investimentos. Será executada recorrendo a financiamento nacional, nomeadamente com verbas do concurso do Programa 5G. Uma ótima notícia. Nós acreditamos que nunca esteve tão perto de ser uma realidade. Empreitadas - tenho de dar os parabéns ao executivo camarário pelo vosso trabalho. A Câmara Municipal de Sever do Vouga tem, literalmente, o concelho em obras. Tantas são as empreitadas em execução no nosso concelho, mais de duas dezenas, que Sever do Vouga ferve de atividade. Progride e evolui a olhos vistos. Há uma evidente melhoria das condições de vida dos severenses. Haverá sempre quem tenha uma visão divergente. E, pasme-se, contrariamente ao que alguns insinuam e querem passar para a opinião pública, não são sempre os mesmos empreiteiros a ganhar os concursos em Sever do Vouga. É um facto que para estas mais de duas dezenas de empreitadas, há, pelo menos, uma dúzia de empreiteiros diferentes, alguns deles a executar obras da Câmara Municipal de Sever do Vouga pela primeira vez. É também um facto que há, de forma generalizada, extrema dificuldade em conseguir empresas que concorram a muitas das empreitadas colocadas a concurso, pelo que é de realçar pela positiva a capacidade da Câmara Municipal de Sever do Vouga, também neste aspeto. Comunicação do Município - não posso deixar de enaltecer a extraordinária melhoria da capacidade e qualidade da comunicação/informação da Câmara Municipal de Sever do Vouga, seja através da melhoria do site do município, seja através das redes sociais. Os severenses merecem ser informados, pelo menos, das atividades mais relevantes que vão sendo realizadas no nosso concelho. Isto é informação, apesar de alguns lhe chamarem campanha eleitoral. Estes “alguns”, que acho, são poucos e sempre os mesmos, também ficam muitíssimo chateados com as obras que a Câmara Municipal de Sever do Vouga está a executar este ano, por ser o último ano de mandato, mais uma vez apregoando que é campanha eleitoral. São, coincidentemente, os mesmos que insinuam que as obras realizadas no primeiro ano do mandato são para pagar favores eleitorais. A levá-los a sério, a Câmara Municipal de Sever do Vouga só poderia executar obras nos dois anos intermédios dos mandatos. Será isto aceitável? A política demagógica leva a estas tristes posturas. Os interesses políticos destes, sobrepõem-se aos interesses do concelho. Enfim. Desempregados em Sever do Vouga – há pouco tempo foi divulgado um quadro com informação sobre os desempregados no distrito de Aveiro bem como nos concelhos integrantes. Pela análise da

informação apresentada, devemos rejubilar com a performance do nosso concelho comparativamente com os restantes, no que a desempregados diz respeito. Somos, factualmente, o concelho com menos desempregados do distrito de Aveiro, não sendo o concelho com menos população. Somos o único concelho do distrito de Aveiro que conseguiu reduzir o número de desempregados no período de doze meses, variação homóloga de fevereiro de 2020 para fevereiro de 2021, em -14,86%, em ano de pandemia. É verdade que na variação mensal, de janeiro para fevereiro de 2021, tivemos um ligeiro aumento do número de desempregados, +3,28%, sendo que, estatisticamente, este período de um mês não é relevante quando comparado com o de um ano. Numa análise mais pormenorizada, calculando o número de desempregados por número de habitantes, continuamos a ser o concelho com o melhor resultado, com uma taxa de desempregados por número de habitantes de 1,57%, em comparação, por exemplo com Albergaria-a-Velha e Oliveira do Bairro com 2,54%, Vale de Cambra 2%, Espinho 5,32%, Ovar 3,76%, etc. Inexplicavelmente houve quem conseguisse ver estes números ao contrário e concluísse que Sever do Vouga estava, neste capítulo, numa situação vergonhosa. Haja algum decoro. Os interesses políticos não devem cegar as pessoas a este ponto. Portanto, de facto, quanto a desempregados, Sever do Vouga não tem problemas. Somos a este nível o melhor concelho do distrito de Aveiro. Não acho normal que algum severense fique incomodado com estes excelentes resultados. Talhadas - para terminar, excelentíssimo senhor presidente da Câmara, como residente em Talhadas, gostaria de o questionar ou alertar para o facto de termos várias ruas com o piso em boas condições, mas em que em vários locais foram feitos buracos, valas ou cortes, que nunca mais foram reparados convenientemente, causando por tal motivo desconforto aos habitantes e utilizadores destas vias. Uma vez que esta situação já prevalece há demasiado tempo, e que até será de simples resolução, pergunto-lhe para quando está previsto a resolução desta situação? Ainda tendo em conta o que se tem falado sobre a Zona Industrial de Talhadas e a eventual oportunidade de novos e importantes investimentos, apelo ao total e tenaz empenho da Câmara Municipal de Sever do Vouga, que sei que tem existido, de modo a levar a bom porto a efetivação destes projetos.-----

Diana Paiva – Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, excelentíssimo senhor vice-presidente da Câmara Municipal e restante executivo, excelentíssimos senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Início já os meus parabéns à mesa por este ano ter seguido o exemplo do PSD, em anos anteriores, e feito a oferta de um cravo em comemoração do 25 de Abril. No passado domingo, Portugal celebrou mais um aniversário sobre o início da nossa democracia, já se passaram quarenta e sete anos desde que descobrimos o que era viver em democracia. Com a democracia aprendemos o que era liberdade, liberdade de expressão, liberdade de reunião, liberdade de escolha, liberdade de votar, uma panóplia de direitos que alguns de nós aqui presentes e os nossos pais não sabiam o que era. Hoje, mais do que nunca, se fala em liberdade e falta dela devido à situação pandémica que o país vive e o mundo, mas que, por vezes, para melhor acudir a um dos direitos alcançados com o 25 de Abril, como é o direito à saúde, houve que, forçosamente, por tempo necessário, limitar nalguns pontos. Não tenhamos agora ilusões de que esta liberdade trouxe, porém, muitas responsabilidades que muitos de nós, por vezes, esquecemos. Todos nós que aqui estamos, estamos graças a um dos direitos e liberdade alcançados com o 25 de Abril, o direito ao voto e à liberdade de escolha, de votar. Para nós, isto traz responsabilidade acrescida pois que temos que estar à altura da confiança que nos foi depositada e servir da melhor forma os nossos munícipes. Este serviço em prol da comunidade é muitas vezes esquecido e, infelizmente, ouvimos falar nos meios de comunicação social de situações de cidadãos que foram eleitos, com base nesse direito tão fundamental alcançado de votar e liberdade de votar, que não estiveram à altura do cargo exercido. Disso é o pior exemplo o processo operação marquês (Face Oculta), independentemente do seu resultado final, tudo indica

haver indícios de corrupção por parte de alguém que exerceu cargo público, a detenção de vários membros de executivos municipais, buscas em Câmaras Municipais, perdas de mandatos, sempre associados a situações de ilícitos criminais de titulares de cargos públicos. Infelizmente, os números colocam Portugal como um dos países que menos faz no trabalho de combate à corrupção. Senhor presidente, ao longo deste mandato o PSD sempre esteve alerta e, se tem bem presente, por diversas vezes, veio aqui alertar este executivo para situações pouco claras, assim como, pelo que temos visto pelas atas das reuniões de Câmara, também o nosso vereador. Pudemos perceber tanto pelos documentos remetidos como pelos alertas, pedidos, requerimentos realizados e declarações de voto nessas mesmas reuniões, que há situações que suscitam sérias dúvidas da sua legalidade e, que foram aí mesmo sempre reportadas, nós temos em mente a responsabilidade do cargo que ocupamos, e não deixaremos de denunciar todas as situações que consideramos que causam lesão ao bem público, o que aqui já alertamos e que, em sede própria poderemos fazer. Não tenhamos ilusões, todos nós, membros da Assembleia Municipal, membros do executivo municipal, membros do executivo de freguesia e Assembleia de Freguesia, estamos ao serviço da nossa comunidade e não ao nosso serviço, temos responsabilidades muito acrescidas nos cargos que ocupamos. O PSD está alerta e continuará alerta a todas as situações duvidosas, e apelamos a todos os cidadãos que estejam também alerta, pois que é um direito que lhes assiste. A democracia é isto mesmo, estarmos alertas e sermos capazes de pedir responsabilidade aqueles que elegemos para os diversos cargos públicos.-

Ana Tavares – Boa tarde a todos. Excelentíssimo senhor presidente da mesa e restantes membros, excelentíssimo senhor presidente da Câmara e executivo, senhores vereadores, senhores presidentes de Junta, membros desta assembleia e público aqui presente. Venho, mais uma vez, chamar a atenção para alguns problemas do novo centro escolar. A entrada da escola tem na sua área, mais ou menos, um terço de área coberta e dois terços de área descoberta. As crianças saem por várias portas tendo, muitas delas, de sair diretamente para a chuva. Há, também, falta de espaços cobertos para as crianças brincarem em dias de chuva passando os tempos fora das aulas amontoados nos corredores. Tendo a escola entrado em funcionamento há menos de um ano e devido ao seu enorme custo, sendo mesmo a maior obra que este município executou, esta situação não deveria ter ocorrido. Tal situação justifica-se apenas e unicamente pela falha no acompanhamento do dono da obra, o município. Questiono, também, que medidas o executivo tomou em relação aos parques infantis. Antes do Covid-19 falei nesta assembleia do estado de degradação dos vários parques existentes e da falta deles em algumas freguesias. Bem sei que não foi recomendada a sua utilização de há um tempo para cá, mas o Covid há de passar ou tornar-se endémico e as nossas crianças hão de voltar a brincar. Mas, pelo andar da carruagem, hão de encontrar os parques degradados. Nada foi feito.-----

Elmano Silva – Muito boa tarde a todos. Senhor presidente da mesa da Assembleia Municipal, restantes membros, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, comunicação social, senhores deputados, público presente. Muito recentemente, fomos informados por várias fontes de informação, que Sever do Vouga vai passar a pertencer à Rota do Megalitismo incorporando três monumentos do concelho. Uma candidatura que inclui treze municípios cuja entidade promotora é a CIM Viseu/Dão Lafões que coordena e gere o referido projeto. Estas iniciativas visam valorizar e promover este património concelhio. A pergunta a colocar ao município é se já foi feito o levantamento de todos os monumentos megalíticos do nosso concelho e se todos estão em condições favoráveis para serem visitados. Coloco esta questão porque tive a preocupação de ir visitar um monumento megalítico localizado em Santo Adrião, da União das Freguesias de Cedrim e Paradela, a convite do site da União das Freguesias de Cedrim e Paradela, o qual refere a existência de uma anta ou dólmen de corredor em Santo Adrião e fiquei perplexo ao ver este monumento completamente abandonado e com uma plantação de eucaliptos em toda a sua extensão. Uma vez que este monumento está em território do nosso concelho, pergunto a que é que se deve tanto abandono por parte do nosso município e, já agora, o

morro de Castêlo, local ímpar de vista paisagística do nosso concelho, que iniciativas de valorização para este local estão previstas? É importante acompanhar todas as candidaturas e todos os projetos de valorização do nosso património histórico e cultural, mas vejo que, afinal, este município está distraído e deixa alguns monumentos e locais de visita ao abandono que poderiam ser uma mais-valia para potenciar o turismo local.-----

António Dias – Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia, excelentíssimos senhores da mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara, excelentíssimos senhores vereadores, excelentíssimos senhores membros da Assembleia, excelentíssimos senhores presidentes de Junta, excelentíssimos senhores jornalistas, minhas senhoras e meus senhores. Início a minha intervenção, hoje, por um protesto à mesa e ao executivo camarário uma vez que, a 7 de dezembro de 2018, a Assembleia Municipal de Sever do Vouga aprovou, por unanimidade, uma proposta do CDS recomendando que fossem transmitidas todas as sessões, ordinárias e extraordinárias, em direto através da internet nos formatos de vídeo e áudio acessíveis a todos os Severenses utilizando, para isso, os meios técnicos do município. Também disponibilizar, para consulta, a qualquer cidadão, o áudio e vídeo registado durante essas sessões no sítio web do município e o mesmo foi, também, solicitado tanto para as reuniões da Assembleia como para as reuniões da Câmara. Infelizmente, desde aquela data até hoje, já passaram cerca de dois anos e meio sem que nada tivesse sido feito, quer pela Câmara, quer pela mesa, no sentido de dar cumprimento a esta recomendação. O CDS vem, novamente, apresentar o mais veemente protesto e exigir que seja dado cumprimento à deliberação unânime da Assembleia Municipal para que seja realizada a transmissão pela internet das sessões da Assembleia Municipal e, também, é fundamental para que haja uma maior transparência da gestão autárquica de forma a que se aproximem os eleitores dos eleitos e contribuir, também, para que todos os Severenses apoiem e se aproximem mais e valorizem a nossa democracia local. Esta inação e ausência de explicação, tanto da mesa como do município, ainda para mais quando, recentemente, a Câmara Municipal reforçou toda a sua presença nas redes sociais, só permite concluir que devem pretender fugir ao escrutínio dos Severenses e que, da minha parte e da parte do CDS, e julgo que todos, deve merecer a maior censura. Como sabem, agora falando da minha freguesia, a proposta vencedora do orçamento participativo 2019, Vilarinhos Boardwalk, na cascata de Água D'Alte, no lugar do Vilarinho, freguesia de Talhadas, aparentemente foi concluída pela Câmara Municipal de Sever do Vouga. Excelente local, excelente trabalho, pena foram os contratemplos, ameaças, suspeições e a demora do executivo municipal. Recentemente, numa parceria entre a Junta e a Câmara, a Junta predispôs-se e executou um muro no lugar de Ereira, nas Talhadas, na E.N. 333, o senhor vereador já falou comigo, mas eu peço-vos que sejam, depois, céleres no alcatrão uma vez que está a perigar quem ali passa. Mais uma vez, peço aqui ao senhor presidente da Câmara que a Freguesia de Talhadas continue sem resposta às minhas intervenções nas reuniões anteriores, nomeadamente fevereiro 2019, abril 2019, junho 2019, setembro 2019, dezembro 2019, fevereiro 2020, junho 2020, setembro 2020, novembro 2020 e fevereiro 2021. Relembro, então, alguns dos meus pedidos: reparações das estradas e caminhos da Silveira, das Arcas, da Póvoa, do Cortez, do Seixo, da E.N. 333 à Vide, Doninhas à Macida, Vide ao Cortez, Vilarinho à Frágua, entre outras. Pergunto aqui, ao senhor presidente, quando é que serão reparadas. Já agora, ainda não obtive resposta para a colocação de lombas nalguns locais de Macida e Talhadas. Continuo sem resposta à pretensão que expus aqui ao senhor presidente, para quando é que posso ter uma reunião do Conselho Municipal de Educação por causa do centro escolar que eu pedi para Talhadas e que a Junta está disposta a ajudar. Por fim, eu gostava de saber qual era o ponto de situação da zona industrial. Claro que já me chegaram os emails e eu gostava de saber se já acertaram, ou não, com o investidor, o preço do metro quadrado.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor presidente. Boa tarde a todos. Começando pela intervenção de Tony Martins e, ao mesmo tempo, para algumas que focaram aqui o problema do acesso à A25. Na intervenção de Jorge Graça, penso que está aí uma grande explicação da situação atual, daquilo que se passa em relação à A25 e vou voltar a insistir sobre isso. É óbvio que esta é, realmente, a grande prioridade de Sever do Vouga. Para mim, pelo menos, considero-a assim. Fico feliz porque, pelos vistos, muito mais gente a considera. E é uma prioridade tão grande que tem sido já de há longos anos para cá a esta parte. Não é depois que o senhor Dr. António Carlos é membro desta assembleia. Já antes este objetivo era uma grande prioridade para Sever do Vouga e continuamos, não direi todos os dias porque estaria a exagerar, mas muitas vezes, muitos dias por semana, a insistir nisto com as várias entidades sempre no sentido de conseguirmos este grande objetivo. Tivemos um revés, como aqui foi dito, em relação à saída da obra do PRR, no entanto, temos garantias e a garantia não é uma promessa falada, como foi aquela que eu tive aqui e que todas as pessoas presentes na Ficavouga de 2015 ouviram, de um membro do governo daquela altura, que disse que a obra estava inscrita com dotação e que ia ser feita. Mais tarde foi desmentido pela presidente da CCDR porque, já nessa altura, havia um problema grande com a Comunidade Europeia que era não aceitar vias e estradas nas suas participações comunitárias, portanto, agora com o PRR também aconteceu um pouco o mesmo. Eles decidiram cortar uma percentagem grande na parte da construção de infraestruturas, nomeadamente das estradas porque continua a achar que Portugal tem muitas estradas, portanto, nós não fomos apenas nós a sair desta rubrica do PRR, foram outras cinco estradas, pelo menos. E algumas, como disse aqui Jorge Graça, e muito bem, algumas nem sequer entraram no PRR e que são prioridades para nós, região, como, por exemplo, a construção do hospital de Aveiro, muito bem referido aqui. Nós ficámos, de imediato, perplexos com esta situação e, eu mesmo, fiz logo chegar ao governo e aos elementos da Assembleia da República, a nossa insatisfação pelo facto de esta ter sido uma obra retirada. De imediato foi-nos dito, e está escrito através de um comunicado do Conselho de Ministros, que a obra está assegurada. Hoje, de manhã, estive com a senhora Ministra da Coesão, na apresentação de um projeto onde nós fomos assinar um protocolo, em Vouzela, para instalação do teletrabalho no coworking do Vougapark, e no discurso dela, ela fez questão de referir a estrada de Sever do Vouga, dizendo: “*senhor presidente, está garantida através dos fundos do 5G*”, como já me tinha sido transmitido pelo senhor ministro. Aliás, ele disse-me “*custe o que custar, essa também é uma prioridade minha, não é só sua e de Sever do Vouga*”. É para fazer e é para fazer com os fundos, como disse, do 5G. Portanto, ficamos a aguardar. Temos de acreditar. É óbvio que, durante estes anos todos, nós continuamos com alguma desconfiança porque, até agora, ela mantém-se por fazer, mas temos de acreditar que, realmente, esta infraestrutura será construída e tanto me importa que ela seja construída com verbas do Orçamento do Estado como da comunidade como de outro lado qualquer. Quero é que ela seja construída. Aliás, houve aqui uma situação que o Dr. António Carlos falou - nunca esteve prometida a conclusão da A32. Se alguém andou com interesse também nessa situação, fomos nós que, inclusive, sugerimos ao governo uma alteração do traçado e eu mesmo lhe apresentei uma proposta da Ascendí que se dispunha a fazer, se caísse a concessão para a A32, desde que lhe prorrogassem o prazo de concessão na A25, que é a única estrada que eles têm concessionada cá em Portugal. Eu preocupei-me com isso, também, porque, para nós, era uma mais-valia se a A32 desviasse mais para o lado de Sever do Vouga, como era previsto por eles na altura quando apresentaram essa hipótese. Mas, nunca foi dito que a A32 ia ser feita. O concessionário que detém a concessão não manifesta interesse nenhum em continuar com a A32 porque as perspetivas iniciais eram de ter um volume de tráfego de certo valor que, até agora, está muito inferior, portanto, nas contas deles e eles não têm interesse em continuar a A32 até Coimbra, como era pensado na altura. Sobre a A32 estamos esclarecidos - é uma coisa que não é para fazer tão cedo, a não ser que haja uma reviravolta nessa situação das concessões. Sobre o nosso acesso à

A25, que será utilizado no canal daquilo que era o IC35, mesmo com alguma desconfiança, como disse, acredito e tenho de acreditar porque aquilo que sai do Conselho de Ministros é uma resolução escrita, é um compromisso que foi comunicado publicamente, não é uma promessa de boca. Continuaremos a insistir e a ir a todos os meios possíveis para conseguirmos essa obra como, também, aqui já hoje foi dito. Na altura, tivemos, quer a integração no PNI, que é o Plano Nacional de Investimentos, quer através do parecer positivo do Conselho Nacional de Obras Públicas, portanto, fomos a todos os locais e temos andado, insistentemente, a trabalhar com o IP neste sentido, para que eles acelerem a finalização dos projetos. Há, inclusive, estudo de impacto ambiental que ficou suspenso, mas que vai ser reativado. Há alguns avanços em relação a outras estradas que não saíram do PRR e terei muito mais dúvidas em relação a algumas que ficaram inscritas em PRR do que na nossa, que até acabou por sair com mais quatro ou cinco, porque têm muita coisa adiantada em termos de execução - projetos, estudos prévios, canal de passagem, uma data de coisas, e tem um problema menor em termos de expropriações que outros não têm. Nós temos uma passagem praticamente por terrenos florestais, muitos deles baldios, onde o processo de expropriação será muito mais fácil do que determinadas vias que atravessam zonas urbanas e que têm de cortar habitações, portanto, não temos muito esse problema. Daí eu estar com alguma esperança de que isto realmente seja cumprido e a obra vá para a frente, com a promessa e a palavra dos senhores dois ministros que estão ligados a esta situação, nomeadamente o Ministro das Infraestruturas e a Ministra da Coesão Territorial. Relativamente às estratégias de fixação, para o deputado Tony Martins, nós temos feito tudo o que é possível na valorização das situações e a tal estratégia que falou aqui. Nós consideramos, também, com uma importância grande o turismo no nosso concelho e, daí, estarmos a desenvolver uma estratégia. Já tivemos uma estratégia que foi praticamente executada, há uns anos. Estamos a reativar uma estratégia nova para os próximos anos, portanto, estamos a desenvolver essa estratégia para ir cumprindo as ações. Não se faz tudo num ano, nem dois, nem três e tudo aquilo que a estratégia venha a determinar é para se ir fazendo, pois como qualquer plano que é executado tem um timing para a execução e, possivelmente, a nova estratégia será para os próximos dez anos, normalmente é assim que os planos se fazem, portanto, será para executar depois faseadamente com todas aquelas planos e ações integradas na estratégia. Ao nível empresarial estamos a desenvolver medidas para a ampliação de algumas zonas industriais. Temos candidaturas à ampliação das zonas industriais, mas vamos tendo, também, a procura de instalação de empresas. Aqui aproveito para responder já ao senhor presidente da Junta de Talhadas, portanto, ele sabe o que é que se está a passar relativamente ao processo da ampliação da zona industrial de Talhadas e, também, à instalação de uma empresa que está interessada e que nós estamos a acompanhar o processo no sentido de rapidamente resolver o problema da sua situação para instalação no espaço que sabe qual é e que foi decidido para se instalar. Relativamente aos preços, são questões que têm de ir à Câmara, mas ainda há pouco levámos um processo à Câmara para a instalação de uma outra grande empresa que vai criar empregos especializados, em Sever do Vouga, portanto, isso seguirá os trâmites com a celeridade que nós pretendemos, que é toda. Quanto mais depressa que elas estejam instaladas e a funcionar, melhor, embora sabendo que algumas dessas empresas vão-se instalar recorrendo a candidaturas a fundos europeus e ainda não os têm, portanto, estarão elas mesmas num compasso de espera, à espera de que as candidaturas sejam aprovadas para entrarem no terreno. Estamos a trabalhar com elas, com a participação das Juntas no caso de Talhadas, principalmente, portanto, estamos esperançados que elas, brevemente, estarão em avanço de obras e se instalarem no município. Relativamente aos cortes da E.N. 16, só dizer-lhe que nós só temos adjudicado um corte, que é o da curva principal onde tem uma espécie de ponte na passagem, pois é a curva mais complicada da estrada toda, e fica situada no concelho de Águeda, não no de Sever do Vouga, portanto, foi preciso recorrer à celebração de um acordo entre as três câmaras. Fizemos um protocolo, já há tempos, com as duas câmaras, Albergaria-a-Velha e Águeda e também elas vão

participar no custo da obra que, neste momento, está adjudicada a um empreiteiro que pensamos brevemente irá começar a execução desse trabalho. Sobre as intempéries, estamos em permanente acompanhamento do processo com a Greenvouga. Já fizemos várias reuniões com a administração da Greenvouga, que não se mostrou fora de um possível apoio à situação. Fizemos o levantamento exaustivo, na altura, de toda a situação. Eles pediram-nos que agora fizéssemos novo afinamento das quantias em jogo, ou seja, dos custos de todos os prejuízos apresentados. Tivemos aqui algum compasso de espera porque não tínhamos, na altura, esta comunicação dos prejudicados do Carvoeiro e demorámos mais algum tempo com isso, mas neste momento temos apurados todos os prejuízos para tratar, novamente, com a Greenvouga, sendo certo que a parte daquilo que são os custos com as infraestruturas municipais ou públicas vão ser cobertos por um projeto de calamidade pública, que já foi decretado, e que terminava hoje a apresentação das candidaturas a essa medida. Fizemos a candidatura com tudo aquilo que foram os nossos prejuízos, quer em estradas, quer em muros, quer em infraestruturas, portanto, o que é público, possivelmente, será apoiado por via desse fundo de emergência que irá cobrir, com certeza, como já o fez relativamente às intempéries anteriores, designadamente em 2018. Há dias foi aberto um período de candidaturas para a intempérie de 2019 para serem financiadas pelo fundo de emergência. Agora, vamos aguardar que nos chamem e que nos digam quanto é que vão apoiar e qual a percentagem que o fundo vai apoiar nesta situação, portanto, vamos continuar o processo com a Greenvouga para os privados e retirando de lá os prejuízos públicos que entram no fundo de emergência. Sobre os serviços de saúde, tenho tido grandes discussões com o senhor diretor do ACeS Baixo Vouga e aquilo que me dizem é que eles não antecipam os problemas e que, quando vão surgindo as vagas, vão abrindo concurso para a reposição dos lugares. Há dias, entrou ao serviço mais uma médica e aquilo que me foi transmitido é que eles estão a fazer uma reformulação de horários para ver se, de alguma forma, conseguem no imediato compensar a unidade de saúde de Silva Escura e a de Rocas do Vouga com horas ou dias dessa médica. Entretanto, está a decorrer um concurso para mais dois médicos, só que a maior parte dos médicos não quer concorrer para este concelho. O que me diz a saúde é que, enquanto nós quisermos manter o sistema de saúde municipal da forma que ele está, ou seja, com unidades de saúde em todas as freguesias, à exceção de Dornelas e Paradela, haverá sempre muita dificuldade nos concursos dos médicos porque quando concorrem para uma unidade de saúde familiar, em termos de carreira, têm muito mais garantias de carreira, portanto não querem. A maior parte dos médicos que passa por aqui são médicos de transição com o objetivo de irem para as unidades de saúde maiores, no litoral, e os grandes hospitais, por uma questão de valorização de carreiras. Já manifestei a vontade da Câmara entrar neste processo de alguma forma e aprovar uma medida de apoio para a fixação dos médicos. Estamos a iniciar o plano municipal de saúde e uma das propostas que tenho para lá é essa aí. Nós ainda não assumimos a saúde por estas questões todas porque achamos que elas são complicadas e penalizadoras para nós, mas estamos disponíveis para trabalhar essa situação de valorizar os próprios médicos que queiram fixar-se cá ou pelo menos concorrer para cá. Mas, entretanto, como disse, temos mais um médico e penso que, até final de junho ou julho, na altura da colocação do concurso, se houver gente a concorrer para cá, serão colocados mais dois, em princípio, e isso repunha tudo aquilo que existia há uns anos, até ultrapassava porque estávamos com oito, se colocassem mais dois ficávamos com dez, que nunca tivemos. Relativamente à intervenção do senhor presidente da Junta de Couto de Esteves, não tenho nada a apontar. Relativamente à intervenção de Paulo Lourenço, sobre a segurança - nós já desenvolvemos uma grande empreitada de segurança e é evidente que não chegámos, ainda, a todo o lado porque o orçamento não estica e eu sei que temos muita necessidade de fazer proteção das vias e fizemo-lo. Concluímos, agora, uma empreitada de cinquenta e tal mil euros em rails que foram colocados nos pontos onde entendemos serem mais prioritários, em todo o concelho, sabendo que ainda há necessidade de outros pontos e lá chegaremos. O mesmo com as lombas - temos lombas

adjudicadas para a estrada de Nogueira, as outras irão depois conforme a disponibilidade. Sobre a sinalética na estrada de Silva Escura e Dornelas, tomei nota. Eu próprio já chamei a empresa à atenção e já chamei à atenção dos nossos técnicos para que a via fosse mais bem sinalizada, portanto, tentaremos chamar a atenção para que as coisas melhorem nesse aspeto. Relativamente à intervenção de Elmano Silva, duas notas – uma tem a ver com o megalitismo. Esta candidatura do megalitismo foi uma candidatura que fizemos, em primeira mão, sozinhos, ao Turismo de Portugal e, na altura, como havia várias candidaturas, o presidente do Turismo de Portugal chamou-nos lá e disse que havia mais do que uma candidatura para o mesmo objetivo, que é valorizar os monumentos megalíticos e os monumentos megalíticos não são exclusivos de Sever do Vouga, estão também em vários municípios, mais predominantemente até na região de Dão Lafões, portanto, organizámos uma candidatura em comum em que fossem os vários municípios de Dão Lafões que têm monumentos megalíticos e Sever do Vouga também, aliás, o título da candidatura é Megalitismo de Viseu, Dão Lafões e Sever do Vouga, portanto, não podiam entrar todos os monumentos, aliás, grande parte deles já foi valorizado ao longo dos anos. O que acontecia aqui, é que eles tinham de dar prioridade àquilo que é a constituição da rota porque esta candidatura é para celebrar uma rota, de valorização direta entraram três monumentos nossos sendo que, ao nível da informação, da comunicação, todos eles vão ser integrados nos planos de comunicação. Na intervenção de limpeza, e outros trabalhos, ficam apenas aqueles que vão constar da rota, tem de ser uma rota em que a pessoa entra num local e passa por todos até ao fim, pelo que seria impossível colocar lá as dezenas de monumentos que existem nesta região, portanto, ficaram os mais valiosos historicamente e, também, pela sua situação geográfica que fossem mais fáceis de integrar a rota. O monumento de Santo Adrião esteve inscrito numa candidatura, que foi desenvolvida em vários monumentos, há anos, nomeadamente no Chão Redondo, na Capela da Sepultura do Rei, etc., que teve a ver com escavações que nunca se tinham feito cá e esse, aí, estava inscrito lá. Na altura ficou de fora porque não era de Sever do Vouga. Entretanto, as várias CAOPs, que são alteradas todos os anos, vieram colocar o limite daquele terreno em Sever do Vouga. Por isso é que ele ainda não foi intervencionado porque só agora, há pouco tempo, é que ele é de Sever do Vouga, embora eu continuo com dúvidas - Oliveira de Frades não tem feito nenhuma pressão para que aquilo seja de lá. Tínhamos outra situação idêntica que era na casa florestal de Santo Adrião que, com a última CAOP, estando agora o monumento em Sever do Vouga, possivelmente temos de estudar um plano de intervenção para lá como já foi feito para outros monumentos. Relativamente ao senhor presidente da Junta de Talhadas, quero dizer-lhe que, aquilo que foi aqui aprovado foi uma recomendação, e nós estamos recomendados. Este ano foi um ano complicado porque, uma hora era aqui, outra hora era noutro lado. Por acaso nunca fizemos uma assembleia nenhuma online, mas estamos a trabalhar nisso no sentido de avançar com isso. Deixamos as coisas estarem melhores em termos de pandemia para instalar meios, para pedirmos preços, já tenho valores de instalação, mas só para dizer que aquilo que a Assembleia aprovou foi uma recomendação, portanto, ficámos recomendados para tratar disso, lá chegaremos. Plano municipal de educação, já disse e volto a repetir - iremos marcar um plano. Isso é um processo, como sabe, complicadíssimo, pois tem de passar por uma alteração da carta educativa e pela aprovação da mesma em sede da DGEstE. Agora lembrei-me que não respondi a Ana Tavares, relativamente ao centro escolar. Não é como diz. O centro escolar tem um projeto que foi devidamente estudado e aprovado pela DGEstE. Não fomos nós que quisemos fazer mais coberto ou menos coberto. O projeto inicial tinha de cumprir determinadas situações, determinados números de salas, espaço para biblioteca, ar livre, e cumpriu tudo aquilo que era exigível. Estamos a pensar em criar mais algum espaço coberto no hall de entrada, mas isso não era o que o projeto previa. O projeto estava estudado e aprovado como estava naquela altura, não fomos nós que quisemos a andar a retirar espaços cobertos ou diminuir os espaços de recreio. Relativamente à intervenção de Jorge Graça, só relativamente aos buracos, não sei

concretamente que buracos a que se está a referir. Há, realmente, duas ou três estradas e o senhor presidente da Junta elencou aqui uma série de estradas e estamos conscientes disso, aliás, a estrada da Silveira, das Talhadas às Arcas, a primeira que eu considero que é uma das que está mais degradada integrámo-la também aqui nesta candidatura das intempéries e vamos fazer, pelo menos uma fase, penso que ainda este ano. Relativamente aos outros buracos, deduzo que sejam buracos provocados pelas intervenções que não são nossas, são da Junta de Freguesia. As intervenções nas águas e estes cortes muitas delas são intervenções da Junta de Freguesia e terá de ser ela a repor estas deficiências na estrada. Uma nota em relação ao investimento. O ano passado tivemos mais investimento do que este ano nesta altura, portanto, não tem a ver com um ano eleitoral ou não. Temos este ano é muito mais obras em número porque as outras no ano passado aquelas que foram decorrendo absorveram tanto investimento, ou mais, do que aquele que está agora a ser feito.-----

Elmano Silva – Interpelar novamente o senhor presidente da Câmara que, talvez por esquecimento, não me respondeu a uma pergunta que fiz também, sobre o Monte de Castêlo, se estão previstos investimentos, uma vez que, inclusive, até têm gravuras no cimo do monte e se têm previstos alguns investimentos para breve.-----

Presidente da Câmara Municipal – O Monte de Castêlo não é um monumento classificado, embora eu considere um ponto importantíssimo. Fizemos o levantamento de vários pontos destes, onde o Castêlo se inclui, para começarmos a instalar miradouros em determinados espaços desses e esse é um deles. Sobre os levantamentos, e respondendo, ainda, a Ana Tavares, também já temos todo o levantamento dos parques infantis efetuado, das deficiências e daquilo que é necessário para irmos lançando a valorização e adaptação dos mesmos.-----

----- 4 – Ordem do Dia -----

1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara: - Foi perguntado, pelo presidente da mesa, à Assembleia, se pretendiam colocar questões, ou se havia alguma dúvida sobre a informação. Aberto um período de intervenções, foram registadas as seguintes:-----

Patrícia Santos – Senhor presidente da mesa da Assembleia Municipal e restantes membros, senhor presidente da Câmara Municipal e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de Junta, comunicação social, público presente. Ao longo destes quatro anos em que faço parte da bancada do PSD, a mesma, em quase todas as assembleias municipais, solicitou o melhoramento da informação escrita. Quer-nos parecer que a informação escrita se assemelha à ditadura, ora tem informação a mais, muito mal-amanhada que serve só para encher páginas ou prima pela total desinformação. Vejamos, o tema do momento, covid-19, continua a não fazer parte da informação escrita, diz o senhor presidente que e passo a citar: “*dizer o que tem sido feito está bem documentado*”. Pois bem, acreditamos que sim, mas onde? Naqueles parcos relatórios de compras que nos têm sido fornecidos? Nas redes sociais do município? Afinal, para que serve a informação escrita? Não é para informar sobre estas situações? É que, nem referências à eficaz campanha de vacinação no nosso concelho tem. E já que falamos em vacinação, permitam-me que congratule todas as pessoas ligadas à saúde pelo seu enorme trabalho na campanha de vacinação no nosso concelho. Permitam-me também, que aborde aqui um tema que foi completamente descurado, deveria ser uma prioridade, mas bem sabemos que as prioridades neste momento, passam pelos saldos do alcatrão. Falo da saúde dos severenses. Passo a citar: “*Vamos defender junto das entidades superiores a continuidade das Unidades de Saúde existentes nas freguesias e fazer pressão para que as mesmas e o Centro de Saúde melhorem as condições dos serviços, sendo reforçados recursos humanos (...)*”. Fim de citação. Esta era a vossa promessa há quatro anos. O que fizeram com ela? Eu digo o que fizeram três anos e meio depois: dois postos de saúde sem médico de família, um terceiro a caminho do mesmo e centenas de severenses sem assistência na saúde. Fizeram idosos saírem da cama às 4h da manhã, deslocarem-se ao centro de saúde em Sever, esperarem horas, ao frio, à chuva,

para, às oito da manhã, se tiverem sorte, terem uma vaga na consulta destinada aos utentes sem médico de família, isto da parte da tarde do mesmo dia, voltam para casa e às dezasseis horas, rumam a Sever para terem a sua afortunada consulta. Com tantas voltas, como querem que os idosos fiquem em casa? Mais e o apoio no transporte para deslocação de idosos aos hospitais prometida há quatro anos não se insere nestes casos? Os idosos de Silva Escura e de Rocas do Vouga que perderam os seus médicos de família e que não têm transporte e ou não se podem deslocar ao Centro de Saúde, como fazem para ter uma consulta? Quais as soluções que os Senhores estão a preparar para estes casos? Qual é a estratégia a seguir? Ou as nossas populações estão entregues à sorte? É para dar respostas práticas a estas questões, que serve um Plano Municipal de Saúde. Senhor presidente, tem toda razão, a tutela da saúde não é da vossa competência e vós não tendes culpa que os médicos usufruam da sua reforma, é um direito que lhes assiste. Mas vós tendes de promover condições para que os postos não fechem. Aliás, a 26 de junho de 2020 nesta assembleia, quando lhe foi questionado se o posto de Silva Escura iria fechar, o senhor disse que não e que, o diretor do ACeS lhe havia dito que não tinha conhecimento da ida para a reforma do médico de família. Mas, afinal, em dezembro foi para a reforma e Rocas foi em março. Aquando do fecho do Tribunal, a Câmara moveu mundos e fundos para que este não fechasse, as idas a Lisboa eram constantes e agora pela saúde dos severenses não fazem nada? A saúde dos severenses é assim tão descartável? Disse o senhor presidente em tempos que tinha uma ótima relação com a Ministra da Saúde, faça valer essa amizade. Ofereça aos jovens médicos condições atrativas que os motivem a vir para Sever. É tudo uma questão de prioridades e não restam dúvidas que a saúde, não é nem nunca foi uma prioridade vossa.-----

Pedro Mendes – Senhor presidente da mesa e restantes membros, senhor presidente da Câmara, senhora vereadora, senhores vereadores, senhoras deputadas municipais, senhores deputados municipais, comunicação social e restante público. Relativamente à informação escrita eu gostava de reforçar algo que acabou de ser dito, ou seja, parece-me curto relativamente àquilo que devia ser a atividade normal da Câmara Municipal de Sever do Vouga ou de qualquer outra Câmara Municipal em Portugal ou em qualquer outro país. Não acredito que se tenha resumido apenas a isto que nós encontramos as várias atividades que foram desenvolvidas. Há algumas coisas que considero que, eventualmente, possam estar em falta, já vou àquilo que é, na minha opinião, a grande componente desta informação escrita que são obras, curiosamente, mas gostava de falar algo que tem sido problemático em vários concelhos e aqui penso que não vale a pena nos compararmos concelhos em função da sua cor política, mas sim, em função de um problema que é real e que também é aplicável a Sever do Vouga. Animais errantes. Não consegui encontrar nenhuma informação sobre isto. Tenho vários relatos de problemas relacionados com esta matéria. Temos, não apenas eu, vários relatos relacionados com esta matéria e a minha questão é o que é que a Câmara Municipal tem feito em relação a esta problemática antecipando uma resposta que poderá, eventualmente, ser dada de que isto tem a ver com a CIRA e não com a Câmara Municipal. Se é verdade que pode ser assim, também é bem verdade que esta Câmara Municipal tem responsabilidades, ou devia ter, e a minha pergunta é o que é que estão a pensar fazer e de que forma, se estão a pensar em identificar estes animais. De que forma é que estão a pensar em transportá-los, o que é que estão a pensar em fazer com eles enquanto não há desenvolvimentos relativamente ao canil municipal ou ao local onde estes animais possam ser colocados. Sobre as obras, em termos globais, gostava de fazer uma questão a este executivo, não é se acreditam, é se estas obras vão, de facto, todas ser executadas nos prazos que estão estipulados. Ouvimos, várias vezes, informação ao longo dos últimos anos de que não há empreiteiros suficientes, que há obras que não são executadas pelas mais variadas razões e, de um momento para outro, nós temos aqui um conjunto importante, não diria promessas, mas a Câmara assume como sendo certezas. Uma pergunta muito concreta sobre uma das obras, Centro Escolar de Couto de Esteves – Impermeabilização da Cobertura, verifiquei que temos penalizações

diárias e a minha pergunta é se já estão a ser aplicadas e outra coisa que me preocupa, a mim, e que tem a ver com o facto de já termos tido situações destas anteriormente e a minha questão é se estão a ser aplicadas muitas desta vez, ou não, se das outras vezes foram aplicadas, ou não, qual é que é o critério que vão aplicar ou se, eventualmente, este empreiteiro, no passado, também teve atrasos e, se não foram aplicadas muitas, se agora estão a ser aplicadas, por que razão. Outra questão também importante no que diz respeito às obras. Temos indicação, e isto creio que é importante, de que há várias obras que ainda falta a assinatura do contrato e já estão aqui indicadas. Porque é que esta informação não está aqui e para quando é que estão a pensar assinar os contratos e concluir estas obras? Outra questão importante, também, que não está na informação escrita, já foi aqui falada, tem a ver com a transmissão das assembleias e reuniões de câmara e eu ouvi o executivo dizer que estão a trabalhar nisso. Eu parti do princípio, quando esta recomendação foi aceite, de que isto seria para este mandato e para este executivo, portanto, se já estão a trabalhar nisto e se estão a pensar fazer alguma coisa sobre isto, quando é que isto vai ser executado porque creio que não terão muito tempo.-----

Paula Coutinho – Senhor presidente da mesa da Assembleia Municipal e restantes membros, senhor presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de Junta, comunicação social, entidades e público presente. Caras e caros severenses, cumpre-me, a mim, falar sobre a informação escrita do senhor presidente da Câmara à Assembleia Municipal no que toca às obras municipais e à informação de gestão. Começo pela obra do alargamento e pavimentação da Rua do Cão, era suposto terminar amanhã, no entanto, e dado a taxa de execução à data da informação escrita ser bastante reduzida, pergunto se vai haver ou já houve prorrogação ou suspensão da obra. Qual o motivo? O mesmo acontece com a Rua da Arrota – Fase 1. Para não falar na pavimentação da Rua das Eiras, da Rua do Casainho, da Calçada da Azenha, da Rua do Tornadouro, da Rua do Cabo, Rua José Maria Barbosa, a Impermeabilização da cobertura do Centro Escolar do Couto de Esteves e a Rua da Fonte e Viela do Charrisco, que entrou em incumprimento de prazo e que, supostamente, tem penalizações diárias. Já em assembleias anteriores falamos no incumprimento, suspensões de obras e nas penalizações diárias. Na altura foi solicitado o valor das penalizações diárias, nas diversas obras, que nunca nos foi facultado. Gostaríamos de saber se as mesmas foram aplicadas, em que obras e quais os montantes. Relembro que a Assembleia Municipal é o órgão fiscalizador – nós fomos eleitos para representar os severenses, fiscalizando e propondo políticas que vão ao encontro das necessidades dos severenses, bem como esclarecer situações menos claras. A obra da estrada de Dornelas a Silva Escura, o meu colega já falou relativamente à falta de sinalização, mas nós gostaríamos, também, de saber se a mesma tem ou não tem projeto. Já foram adquiridos todos os terrenos para o avanço da obra? Estas questões já foram colocadas na assembleia anterior, mas continuam sem resposta. Quanto à obra proteção e segurança de taludes e ravinas, o meu colega também já falou da proteção e da falta que ainda existe em diversos concelhos. A mesma, na informação escrita, diz que já está concluída, mas minhas caras e meus caros, continua a haver, em todo o concelho, falta de proteção e de rails. Na última Assembleia Municipal, o PSD sugeriu que, para além disso, fosse também feita a marcação das estradas. Num concelho como o nosso, em que os invernos são rigorosos e o nevoeiro abunda é fundamental criar condições de circulação na via pública, por forma a evitar acidentes, bem como, é importante que a sinalização da via esteja colocada devidamente e não deixada caída no chão. E isso tem de ser feito, tem de ser feito na primavera ou no verão. Senhor presidente, na última Assembleia Municipal questioneei sobre o Centro Escolar de Sever do Vouga sobre as falhas existente na sua construção, sobretudo em tempos chuvosos. Uma obra tão emblemática, e ao mesmo tempo tão problemática não pode continuar a deitar água, mas já diz o velho ditado “*o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita*”. Mas, senhor presidente, nós esperamos, francamente e com toda a honestidade que a obra se endireite e que os arranjos necessários sejam feitos antes de

terminar o prazo da garantia. Sabem? Para não acontecer o que aconteceu, por exemplo, com o Centro escolar do Couto de Esteves, que vamos todos pagar a fatura, sim, vamos, porque é dinheiro de todos nós e podia ser canalizado para outras necessidades do concelho se os processos fossem bem geridos. O mesmo também aconteceu com a garantia do Vougapark que também não foi acionada em tempo devido. Minhas caras e meus caros, o modus operandi é sempre o mesmo, deixa andar, o dinheiro não sai do bolso de quem manda, está tudo bem, não é? Mas, isto não pode acontecer, tem de haver mais compromisso, mais brio, mais zelo pelos interesses do município. Porque, minhas caras e meus caros, quantas estradas no concelho não foram pavimentadas e depois “*rasgadas*” porque não tinham planeado a obra e faltava o saneamento, por exemplo? É fazer para voltar a desfazer. Senhor presidente, já diziam os antigos que depressa e bem, há pouco quem, e é verdade. Basta olhar para esta tentativa de fazer em nove meses aquilo que não foi feito em três anos, e ver as ervas a nascerem no alcatrão colocado nas estradas há dias, nos muros a caírem. A piscina Municipal de Sever do Vouga, tem vindo a ser, assunto, por parte da bancada do PSD. A necessidade da sua requalificação, mereceu a nossa atenção, pelo menos desde 2019, na assembleia de 26 de abril, que mencionamos a necessidade de intervir nesta infraestrutura. Finalmente, vemos publicitado a assinatura do auto de consignação para a requalificação da piscina, com um valor de mais de quatrocentos mil euros. Um investimento tão elevado que não contempla a ampliação do tanque? Auto excluindo o município de Sever do Vouga de receber competições e, portanto, deixar de encaixar nos cofres do município, dinheiro das pessoas que nos podiam visitar, para assistir às competições. Como é que é possível? Que falta de visão é esta, minhas caras e meus caros? Na Informação de Gestão mencionam “*que a poupança corrente é bastante positiva permitindo assim verificar o bom desempenho financeiro municipal*”. Não, não existe um bom desempenho financeiro municipal, o que existe é uma falta de investimento tremendo no concelho, que lava à poupança. Basta ver as execuções, ou melhor, a falta de execução financeira de ano para ano. E a prova disso, são os níveis de execução orçamental, que continuam baixos, porque na verdade a única coisa que o executivo executa são as cativações, as prorrogações de prazos graciosas nas obras públicas e a execução de trabalhos a mais nas obras públicas. Tudo, menos defender os interesses dos severenses. Aliás, o nosso vereador, Pedro Lobo, já pediu a real execução financeira do orçamento, e até à data nada lhe foi entregue – falta transparência. Minhas caras e meus caros, o executivo tem-se limitado, sobretudo, neste último mandato a uma gestão corrente, sem visão e planeamento, tentando correr, agora, atrás do prejuízo. Mas, para mostrar trabalho, é preciso trabalhar.-----

Presidente da Câmara Municipal – Relativamente à intervenção de Patrícia Santos, começava por uma das situações que apresentou sobre o apoio aos transportes para hospitais. Um dos pontos da assembleia de hoje tem a ver com a versão final do Regulamento Municipal do Fundo de Emergência. Até aqui, isso não era possível fazer porque não estava sustentado no regulamento e uma das alterações a este regulamento foi essa proposta de integração do apoio ao transporte para doentes crónicos, portanto, vamos hoje aprovar o regulamento para depois estar em condições de tornar essa medida possível. Relativamente à melhoria da informação escrita, essa é a sua opinião. Felizmente, a opinião de muitas pessoas não é essa, é até ao contrário. A informação que vem aqui não é o relatório de tudo aquilo que se faz na Câmara Municipal, como é óbvio, se não saía uma informação destas quase diariamente. Aqui são compiladas as grandes ações, as ações mais interventivas e, também, de maior investimento ao nível do orçamento, portanto, as ações e atividades do dia-a-dia não vêm para aqui. Falta aí, realmente, uma situação do covid que eu pensei não trazer a esta para trazer na próxima com muito mais informação. Quero, também, chamar a atenção da Patrícia, que já que elogiou o sistema de vacinação, e eu concordo em absoluto com isso. Nós tivemos em funcionamento um sistema de vacinação exemplar em Sever do Vouga e continuamos a ter. Está a funcionar muito bem mas também está a funcionar com a intervenção da Câmara, pois criámos o centro de

vacinação no Centro de Saúde. Foi a Câmara que acrescentou módulos para criar um espaço de recobro após a vacinação. Temos estado atentos a isso e temos trabalhado em conjunto com o Centro de Saúde e com o ACeS na determinação e na execução do programa de vacinação. Sobre a continuidade das unidades de saúde, esse é o problema que nós temos. Já há bocado eu disse que um dos problemas que o Ministério aponta é o facto de nós continuarmos a ter unidades de saúde diversificadas e dispersas pelo concelho todo, porque o que eles pretendiam era organizar isto de outra forma com apenas três unidades de saúde para rentabilizar meios. Dizem que se funcionássemos com apenas três unidades de saúde rentabilizavam muito melhor os médicos que têm agora, pois a dispersão e o facto de continuarmos a ter este serviço de proximidade nas freguesias é que leva a que, quando há uma falha de um médico é difícil repô-lo logo, enquanto se eles tivessem três ou quatro numa unidade o serviço era distribuído entre eles, portanto, o facto de nós teimosamente continuarmos a apostar na dispersão destas unidades de saúde complica e prejudica a reposição das vagas porque tem que se ir buscar a outro lado com a complicação que já apresentei aqui dos médicos. Nós tivemos um concurso anterior que não houve ninguém a concorrer para Sever do Vouga. Agora está outro aberto que, esperemos, tenha concorrentes. Quanto aos apoios, é disso que estamos a tratar – o Plano Municipal de Saúde está para avançar brevemente. A empresa que vai avançar com isto esteve a constituir uma equipa com especialistas da Universidade de Coimbra e de Lisboa, um dos que vai integrar esta equipa é o ex-ministro da saúde, Adalberto Campos Fernandes, portanto, estamos a preparar isso para começarmos a trabalhar nessa situação e todos os elementos que, na altura, se voluntariaram para estar, brevemente serão chamados para dar os seus contributos e para colaborar na constituição. Relativamente à intervenção de Pedro Mendes, quanto à informação escrita, não é possível fazermos aqui uma comunicação que tenha todas as atividades. Nós sintetizamos a informação colocando aquilo que é mais relevante e mais importante. Sobre os animais errantes, é um problema que consideramos bastante complicado e com muitas dificuldades de resolver, mas, ainda assim, na semana passada foram capturados onze cães. Sabemos que temos muito mais localizados em vários sítios e o grande problema tem sido arranjar quem os consiga capturar e eu tenho dito ao senhor vereador para recorrer aos meios que tiver - a outras Câmaras que tenham isto e, aqui à volta, não tem ninguém que tenha serviço de recolhas, nem pessoas que saibam fazer isso - ou até empresas. e essa tem sido a maior dificuldade, pois quando surgem ninhadas novas nós apanhamo-los e procedemos à adoção com eles ou vão para o centro. Temos um centro com uma associação que recolhe bastantes animais. O problema grave é mais na recolha. Os três centros de recolha a criar na CIRA ainda não estão em construção. Já foram duas vezes a concurso, mas ficaram desertos. Não é só em Sever do Vouga que há concursos desertos, há também nos outros lados. E agora, curiosamente, até se inverteram as coisas. É que Sever do Vouga tem tido quase nenhuns concursos desertos, ao contrário de outros municípios aqui. É agora a fase deles que estão a ser confrontados com vários concursos desertos e o caso dos centros de recolha tem sido isso, está outra vez em fase final de avaliação de propostas e esperemos que seja desta que eles sejam construídos, mas o grande problema, como eu disse, é no início, é mais na captura. Sobre os prazos das obras - os prazos seguem os trâmites normais e legais. Aqueles que incumprem nos prazos, sem motivos justificados e sem fundamentação, sujeitam-se às multas, como é óbvio. Temos algumas que se diz que estão em incumprimento, pois se elas estão em incumprimento injustificado, vão ser aplicadas as multas que a lei prevê, a percentagem diária da multa que a lei prevê. Os outros que estão em incumprimento, mas que depois fundamentam os pedidos de prorrogação de prazo legais, etc., a esses não lhes é aplicada a multa e estes últimos que diz estão em incumprimento eles sabem disso, é aplicada a multa no fim quantos dias tiver em incumprimento vai ter de pagar a multa como é óbvio. Sobre as impermeabilizações e o acompanhamento das obras - as obras são acompanhadas e têm os seus prazos normais de execução das garantias e são executadas as garantias dentro do prazo normal. Que eu

saiba, nunca deixámos perder nenhuma garantia por falta de execução na altura e depois na receção definitiva. Uns meses antes da receção definitiva é feita nova vistoria e aquilo que for avaliado como incorreto ou incumprido é executada a garantia ou o empreiteiro tem que executar aquelas partes, é assim que se processa em todas elas. Já agora, respondendo a Paula Coutinho, falou aí numa série de obras, mas todas aquelas ruas de Rocas são todas apenas uma empreitada e essa não está em incumprimento. O Charrisco já terminou e deve dizer isso na informação que está terminada. A Arrôta não está em incumprimento ainda. A estrada de Silva Escura a Dornelas também não. Relativamente aos projetos, as obras têm todas projeto, seja adquirido fora ou elaborado internamente. A obra da estrada de Silva Escura a Dornelas também tem projeto feito internamente por nós. É o projeto que é exigido. Em obras submetidas a candidaturas ou a apoios financeiros, temos de apresentar os projetos e eles servem, portanto, se esses projetos servem para as candidaturas também servem para o acompanhamento da obra e para as medições daquilo que são os desaterros e as valetas e os cortes, etc., portanto, é isso que fazemos na maior parte das estradas que são menos complexas nós fazemos internamente esses projetos. Algumas das coisas que se falaram aqui de execuções de orçamento, vamos ver isso na próxima assembleia, penso eu, quando vier a conta da gerência e as contas vêm lá, depois as execuções. Relativamente à piscina municipal, às vezes a execução das obras também é um jogo e é um jogo complicado, porque, em vez de fazermos uma obra de quatrocentos e tal mil euros suportada integralmente pela Câmara Municipal, sempre que podemos, recorremos a uma candidatura. É óbvio que, às vezes, esperamos mais alguns meses para ela só avançar nessa altura quando a candidatura for aprovada. se temos a perspectiva que assim seja, portanto, na maior parte das candidaturas feitas a fundos europeus, a CCDR é que nos diz quando é que há maturidade para avançar, portanto, às vezes fazemos estes compassos de espera para estar à espera que ela seja financiada e a piscina é financiada numa medida que se chama eficiência energética, não é ampliação de tanques nem construção de piscinas olímpicas, que também o objetivo não era esse, porque isso já não dava para ser financiado nem para ir à candidatura, portanto, a candidatura é, basicamente, para melhorar todas as condições que tenham a ver com a eficiência energética, nomeadamente isolamentos, substituição de portas, janelas, vidros, sistemas de aquecimento de águas diferentes, etc., tudo isto tem a ver com eficiência energética. Esta obra já foi iniciada fisicamente. Porque é que algumas obras estão aí sem contrato? Depois da finalização da adjudicação das obras até à assinatura do auto de consignação tem aqui um processo ainda, termina a obra, são abertas as propostas dos concorrentes e é decidida a adjudicação a quem fica à frente no concurso, depois tem um processo para apresentar declarações da segurança social, seguros, essas coisas todas até fazer o contrato e é isso e algumas delas foram há dias, terminou o processo há dias, duas que estão aí terminou o processo de adjudicação na semana passada, portanto, tem este período agora para entregar a documentação para marcar a assinatura do contrato, não há aqui nenhuma espera para que eles venham ou não assinar o contrato quando ele é marcado.-----

Patrícia Santos – Renovo os votos de há pouco. Senhor presidente, permita-me que me sinta confusa com a sua resposta. O que pode ser normal, nestas assembleias é tudo um pouco confuso. Diga-me uma coisa, o senhor presidente esperou quatro anos para alterar o regulamento de emergência social para apoiar o transporte dos doentes e dos idosos aos hospitais? Foi preciso esperar quatro anos? É que está no vosso panfleto de campanha, se for preciso envio para os senhores para avivarem a memória. É preciso quatro anos para fazer uma mísera alteração a um regulamento? Ao nível da centralização das unidades de saúde, eu até posso concordar com isso, mas também permita-me a ousadia que, de vez em quando, também faz bem. Os senhores, se reduzirem, centralizarem digamos, os vereadores com pelouro conseguem também fazer as obras eficazmente? É uma proposta. Em relação ao Plano Municipal de Saúde, devo aqui referir que, há umas quatro ou cinco assembleias, tendo em conta que a duração média entre cada assembleia são três meses, eu ando aqui há umas quatro ou cinco assembleias a perguntar quando é que é a primeira

reunião e, nestas quatro ou cinco assembleias, o senhor presidente tem o descaramento de me dizer, a mim, e a todos nós, que o plano está praticamente feito, praticamente alicerçado, mas falta sempre qualquer coisa. Afinal, quando é que ele está pronto?-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor presidente da mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores. Eu confesso que eu fico sempre um pouco perplexo com o senhor presidente da Câmara nestas informações escritas porque a informação escrita é a prestação de contas trimestral que o senhor presidente da Câmara faz à Assembleia Municipal e ao público aqui presente, ou seja, cabe ao senhor presidente da Câmara até, na minha opinião, tomar iniciativa de, numa intervenção que até podia ser sucinta, explicar o que andou a fazer nos últimos três meses, no último trimestre, se quisermos, que tem a ver com aquilo que, no fundo, é a periodicidade das reuniões da Assembleia Municipal. Infelizmente, o senhor presidente prescinde de explicar o que é que andou a fazer para nós percebermos e podermos escrutinar aquilo que é a estratégia municipal. E, depois, ao longo das respostas que vai dando às perguntas que são colocadas é que nós começamos a tentar perceber um pouco, afinal, qual é a estratégia da Câmara. E isso deixa-nos, sinceramente, preocupados. Preocupados, e até desiludidos, com a falta de ambição, com a falta de capacidade de reivindicação, com a falta de capacidade de execução e, também, senhor presidente, com a falta de transparência. Quando nós estamos a falar de ambição, qual é o tipo de concelho que o senhor presidente quer ter? Nós já percebemos, em relação ao centro escolar, que a estratégia foi fechar escolas nas freguesias e concentrá-la na vila no novo centro escolar. Agora, ouvimos nas respostas do senhor presidente me deu no ponto anterior, e agora voltou a reiterar, que, em relação a médicos e ao apoio à saúde, que isto é tudo um erro de termos estes postos de saúde espalhados pelas freguesias e, portanto, o que percebemos é que são para fechar, foi aquilo que eu pude retirar da sua intervenção, são para fechar porque o melhor é vir tudo, também, para a vila. Senhor presidente, eu, sinceramente, fico preocupado porque eu não percebo qual é a estratégia para o desenvolvimento deste concelho. O senhor presidente parece que se conforma, que cruza os braços e não se preocupa com o facto de haver populações, em muitos casos envelhecidas, que estão nas freguesias, que têm dificuldades de deslocação e, por isso mesmo, a tentativa que houve, no passado, foi de aproximar os serviços médicos dessas populações. Aquilo que o senhor presidente, afinal, nos quer dizer é que quer concentrar, foi isso que eu pude retirar das suas explicações que foram aqui dadas, mas não foi porque o senhor presidente tivesse indicado qual é a estratégia, foi a resposta quase forçada em relação àquilo que são estas preocupações que o CDS, reiteradamente, tem trazido a estas reuniões da Assembleia Municipal. Em relação à A25, senhor presidente, nós já tivemos ocasião na assembleia intermunicipal de discutir, o senhor presidente pode ter a fé de que é desta, ao fim de décadas, que vai conseguir. Eu, com toda a franqueza, tenho as maiores dúvidas porque, eu sei que é do mesmo partido, o senhor presidente, do governo, mas não me parece que seja por aí que venha a ter resolução em tempo útil, mas há uma coisa, desde já, que ficámos a perceber, é que, neste mandato não é, com certeza, mas provavelmente não terá estrada enquanto o senhor for presidente. Isso, quase de certeza, que não haverá ligação à A25, aliás, posso dizê-lo de certeza que não há ligação à A25 enquanto o senhor for presidente, pelo calendário que está apresentado, mesmo nas melhores intenções. Em relação à questão dos animais errantes, senhor presidente, mais uma vez, aquilo que nós percebemos é que não tem estratégia, não sabe o que fazer e parece conformado com aquilo que é a dificuldade que sente no exercício da mais mínima das suas funções. Há sempre uma dificuldade, mas não se percebe para onde é que quer ir e onde parece que as coisas são fáceis é naquilo que a nós nos preocupa e que tem a ver com a transparência. Transparência sim, senhor presidente. Prende-se com aquilo que são as transmissões destas reuniões da Assembleia Municipal e que aqui foi deliberado que iam ser transmitidas e que, até hoje, ao fim de quase dois anos e meio, nada foi feito pela Câmara no sentido de criar condições para que houvesse essas mesmas transmissões. Vai ser quando? Nós, provavelmente, até ao final do mandato teremos uma, duas reuniões. Se

não for na próxima reunião, nunca será, senhor presidente, durante este mandato. Mas, a deliberação foi desta assembleia para este mandato. Por outro lado, há aqui uma outra matéria que o senhor presidente também tem que prestar contas e que diz respeito à questão das multas nas obras que se atrasam. Mas porque é que há multas que são perdoadas pelo senhor presidente e há outras que não? Qual é o critério? Porque é que no centro escolar não foram aplicadas as multas que deviam ter sido pagas? Quando foi uma vergonha o que se passou e a mais grave, ainda, porque desde o início que o CDS alertou para quando o senhor presidente aceitou uma alteração do cronograma estava a cometer um erro fatal para aquilo que era a condução da obra. Porque é que anda a perdoar multas a uns empreiteiros e não perdoa a outros? Qual é o critério? Já agora, em relação à execução de garantias, porque é que há obras que são feitas e, decorrido o período de garantia, têm que ser novamente feitas? Não era suposto ter sido detetada a falha durante o período da garantia para que ela fosse reposta? Isso, senhor presidente, são aquelas explicações que, naturalmente, quem tem uma gestão transparente e que não tem nada a esconder, como todo o à vontade, pode prestar contas na Assembleia Municipal daquilo que são as garantias das obras, daquilo que são as multas que não são aplicadas do centro escolar, ecocentro, os prazos que, graciosamente, o senhor presidente prorroga sem explicar porquê e sem nunca entregar aqui o relatório que já mais que dez vezes, vinte vezes, foi aqui reivindicado para que fosse entregue e, também, um dia terá que explicar, também, aquilo que são muitas das opções relativas aos trabalhos a mais. Como é evidente, esta informação escrita, para nós, confirma aquilo que é a nossa desilusão com a gestão que o senhor presidente tem feito dos destinos de Sever do Vouga.-----

Paula Coutinho – Reitero os cumprimentos de há bocado. Só queria dizer duas coisas relativamente à garantia do centro escolar (de Couto de Esteves). Ela nunca foi ativada e dizer que os problemas das infraestruturas sempre existiram desde o início. Relativamente à candidatura para a piscina municipal, dizer também que o facto de existir uma candidatura para a eficiência energética das obras na piscina municipal não implica a necessidade ou a falta da obra da ampliação do tanque porque repare, o senhor presidente, ainda há bocadinho, disse que essa candidatura vai levar, também, o aquecimento no tanque. Portanto, não havendo já uma ampliação, é fazer para depois voltar a desfazer. Vai de encontro àquilo que eu tenho dito. O que este executivo anda a fazer é fazer para depois voltar a desfazer, porque, não ter uma estratégia logo definida e trabalhar a médio e a longo prazo, saber o que quer e para onde querem ir porque, no meu entender, no entender do PSD, é extremamente importante cativar as pessoas a virem a Sever do Vouga e investirem cá, deixarem cá dinheiro e essa era, sem dúvida, mais uma oportunidade para o fazer.-----

Presidente da Câmara Municipal – Da parte da Patrícia Santos, há uma coisa que eu não percebi, aquela dos vereadores, não registei, não lhe vou responder porque não entendi onde é que queria chegar. Relativamente ao regulamento, é evidente que os regulamentos têm que ter os seus processos normais - tem o tempo de consulta pública, o tempo de aprovação das alterações, o tempo da decisão e leva muito tempo. A opção de ser no 1º, 3º ou 4º está lá como opção nossa. Se o fizermos agora, estamos a cumprir uma medida. Em nenhum lado viu proposta nenhuma que nós íamos cumprir as medidas todas num ano ou em meio ano ou em dois. Eram propostas para um mandato, portanto, estamos a cumpri-las. Essa também. Sobre o Plano de Saúde, também tem prazos, o estar mais executado ou menos tem prazos a cumprir para a execução do plano, portanto, eu não disse que o plano já estava elaborado, longe disso. Disse que já havia trabalhos feitos de diagnóstico, etc., algumas coisas que serão discutidas e analisadas nas tais equipas de trabalho. Agora, eles têm de cumprir o prazo de adjudicação do trabalho que foi feito. Relativamente ao senhor António Monteiro, essa história da transparência, eu não quero que o senhor seja mais transparente do que eu porque, se não, depois vê-se tudo do outro lado. Essa não é a carapuça que eu encaixo, já lhe digo. Relativamente à estratégia, percebeu mal porque quanto à estratégia do Centro de Saúde eu disse precisamente o contrário, é que a nossa

estratégia, na altura, era de preservar as unidades de saúde repartidas pelo concelho, que não é a mesma estratégia que o Ministério da Saúde quer. Foi precisamente ao contrário. Eu disse que, por andarmos a segurar isto, hoje, temos problemas maiores. O senhor, se for perguntar a eles, eles dizem qual é a conformação minha. É todos os dias a andar a chateá-los com essas coisas. E esse papel não devia ser diretamente meu e eu tenho assumido esse papel. Esse papel devia ser de alguém que dirige as unidades de saúde e o sistema de saúde concelhio. Eu tenho ultrapassado isso tudo nesse sentido de andar aqui a preocupar-me com estas coisas, mas também acho que o devo fazer e faço. Agora, não ultrapasso aquilo que são as minhas competências nem posso, portanto, vou apenas lamentando a situação e pedindo que elas sejam alteradas e repostas as situações. Mas esse é um problema, da repartição das unidades de saúde que nós continuamos a querer assim e não o contrário. Relativamente aos animais, eu disse que a grande dificuldade era, neste momento, a apanha. Nós sentimos isto como um grande problema e uma grande preocupação, mas temos ocorrido, quando conseguimos, a alguém de fora com alguma especialidade neste aspeto, o que não tem sido fácil. Não tem a ver propriamente com o alojamento porque, normalmente, vão sendo distribuídos para adoção, mas o problema da apanha é mais grave e mais complicado e depois há alturas em que os senhores, e este ano foi um ano terrível por causa disso, as pessoas desfizeram-se de muitos dos animais que tinham em casa, alguns deles, e nós temos adotado sempre o sistema de identificação dos animais quando os apanhamos, eles são chipados logo por nós, mas ainda há muitos que não tinham chip e não estão identificados e que são espalhados por aí e se reproduzem e tem sido um problema, realmente que tentaremos diminuir, não eliminar porque não acho que seja possível, aliás, quando chegarmos a uma altura em que os centros de recolha animal estiverem completamente cheios, eu não sei como é que se vai fazer, mesmo depois de termos centros novos. Esse é um problema, possivelmente ainda terá que se mexer com a lei atual que é bastante penalizadora para a situação dos animais colocados em cativeiro. Relativamente à comunicação, aquilo que a lei diz é que eu tenho que apresentar à assembleia uma comunicação escrita e é isso que aqui está. Não fazia grande sentido estar a trazer uma comunicação escrita e depois ir verbalmente apresentá-la. Posso lhe dizer que a nossa comunicação é tão grande ou tão pequena que eu tenho aqui uma comunicação de uma entidade, onde o senhor está presente, tem três folhas. A informação da última assembleia da CIRA, tem esta apresentação, só para comparar. Sobre as multas, já disse aqui há bocado, as mesmas são aplicadas a quem incumpre, isto é, quando a culpa é do empreiteiro. Quando pedem prorrogações de prazo legais e elas são autorizadas, não estão em incumprimento e as que o senhor disse foram todas comunicadas ao Tribunal de Contas. Eu ainda não vi, até agora, nenhuma nota do Tribunal de Contas a dizer que estava incorreto o processo. Aliás, os senhores, como os vereadores já o fizeram, podem consultar o processo todo do centro escolar e das obras todas que nós lá temos, podem recorrer à Câmara e ir lá e sentar-se e procurar os processos e consultá-los e averiguar para ver a tal transparência porque eu não tenho qualquer receio disso, estejam à vontade. Quanto aos trabalhos a mais, é o mesmo processo, são comunicados, quando a obra vai ao Tribunal de Contas são comunicados os trabalhos a mais, como é que foram feitos e qual a necessidade de os fazer. As garantias, para a Paula Coutinho, volto a repetir, nós executámos a garantia do centro escolar do Couto, as garantias da construção inicial, na altura daquilo que foi avaliado na vistoria final. Isto que surgiu, agora, já foi muito depois das garantias terem sido executadas.-----

Sérgio Soares – Muito obrigado, senhor presidente. Senhor presidente da Câmara, tal como prometido na minha intervenção inicial, eu já fiz a minha publicação e já o chamei mentiroso por escrito e tenho que vir aqui, depois de ouvir tudo isto, chamá-lo mentiroso presencialmente porque relativamente a garantias e ao centro escolar de Couto de Esteves, e eu estou na Junta de Freguesia de Couto de Esteves desde 2013, o centro escolar foi inaugurado em 2012 e, desde o primeiro inverno que o centro escolar funcionou, choveu e entrou água pela cobertura todos os invernos. Há emails, há fotografias, muitos foram

partilhados consigo, mas no final desta reunião, posso reencaminhar todos novamente. Nenhuma garantia foi acionada e, recentemente, aprovamos uma modificação orçamental de setenta mil euros para impermeabilizar a cobertura do centro escolar de Couto de Esteves. Já foi aqui dito, é dinheiro da Câmara Municipal que devia ser muito melhor gerido. Desculpe, senhor presidente, mas é de lamentar as suas intervenções.-----

Jorge Graça – Renovo os cumprimentos a todos na pessoa do senhor presidente da mesa. Queria reverberar apenas dois pontos na perspectiva da bancada do PS e inclusive também da minha a nível pessoal. O primeiro ponto tem a ver com este assunto que já tem aqui sido falado várias vezes por várias pessoas no sentido da transmissão, em direto, das sessões da Assembleia Municipal. Como já foi aqui dito, foi aprovada por unanimidade a recomendação e o PS concorda com essa recomendação e mantém o seu apoio a que seja implementada. Agora, como o senhor presidente da Câmara acabou por explicar a este assunto, ela ainda não está implementada por razões que ele aflorou e que nós entendemos, portanto, não vou entrar por aí. As explicações para ainda não terem sido efetivadas essas emissões, o senhor presidente da Câmara explicou e não me cabe a mim explicar. A bancada do PS, e eu próprio, não partilha com esta necessidade extrema que alguns veem nisso porque isso é quase uma necessidade de mediatismo e protagonismo que eu, pessoalmente, não sinto. Como o público aqui apresenta constata, não está ninguém lá fora, toda a gente entrou, está a porta aberta, eu fiz parte de Assembleias de Freguesia e qualquer pessoa podia pedir cópia das atas o que, em termos das atas da Assembleia Municipal também se pode fazer, e mais, alguns deputados municipais, com todo o direito, o fazem e publicam as suas intervenções aqui na Assembleia Municipal, portanto, concordo com a necessidade, mas não vejo esta extrema necessidade. Acho que poderá haver outras prioridades e, nesse aspeto, a Câmara tem essa responsabilidade de priorizar as coisas e penso que é o que tem feito. Sobre esse assunto tenho dito. Sobre o segundo assunto que queria abordar, não tem a ver com as intervenções a questionar assuntos específicos da comunicação escrita, que é uma comunicação escrita, não faz muito sentido ser escrita e verbal, como o senhor presidente aqui falou, e depois, às vezes, também criticam o senhor presidente por utilizar tempo a mais e depois ainda querem que ele utilize mais tempo a explicar aquilo que está escrito, não faz sentido, são incongruências brutais. As intervenções que temos aqui ouvido sobre a qualidade da comunicação escrita e hoje já ouvimos comentários a dizer que a comunicação escrita está mal feita, porque não é transparente, porque se calhar tem informação a menos, mas também já ouvimos alguém que disse que já tinha informação a mais. Entendam-se. O que é que querem? Eu sei o que é que se passa. As bancadas da oposição vivem de factos e de casos, mais propriamente. Há uma coisa que me orgulha de apoiar este executivo municipal, à semelhança do que acontece em demasiados municípios no país, não temos suspeitas de corrupção, peculato, abuso de poder, não temos investigações da polícia judiciária na Câmara Municipal e isso, a mim, é das coisas que mais me orgulha em apoiar este executivo. Infelizmente, para as bancadas da oposição, falta-vos esse alimento e como não têm esse alimento, baseiam-se em casos, que são não casos, que, ao fim ao cabo, é a qualidade da informação escrita do senhor presidente da Câmara que nunca está bem para vocês e nunca estará porque vocês precisam de casos e vão fazer sempre disto um caso.----

Presidente da Assembleia Municipal – Antes de passar a palavra ao senhor presidente, quero reiterar o meu pedido que já aqui fiz várias vezes, ao longo destes quatro anos, e o mandato está prestes a terminar, para que nós usemos a nossa urbanidade, para que haja algum cuidado com a linguagem que utilizamos para que não sejamos ostensivos, mal-educados com os outros colegas que fazem parte da assembleia, sejam vereadores, presidente da Câmara, membros da mesa, temos de ter esse cuidado. Eu sei que a linguagem política, muitas vezes nós nos enervamos e excedemos e as pessoas que utilizem este tipo de linguagem, eu conheço a maior parte de vocês sei que são pessoas boas que querem o melhor para o seu concelho, mas algum recato, alguma ponderação na forma como nos exprimimos e dirigimos aos outros acho que é importante porque às vezes

os excessos na linguagem, eu sei que aquilo sai no momento, depois arrependemo-nos mais tarde mas as coisas ficam, propagam-se e de repente já alguém é mentiroso, alguém é isto, alguém é aquilo e temos de ter algum cuidado com isso.-----

Presidente da Câmara Municipal – Só uma nota que tem a ver com essa intervenção, senhor presidente. Eu procuro não ser, pelo menos, mal-educado nesta Assembleia e já por várias vezes senti aqui essa má-educação. Em relação à última intervenção do senhor presidente da Junta devo dizer que, se calhar, também me sinto culpado dessa má-educação porque também passou por mim, enquanto aluno meu, e eu se calhar também tenho culpas nessa má-educação que o senhor tem hoje.-----

1.2 Associação Qualifica – Adesão: - Foi presente uma proposta da Câmara Municipal para adesão à Associação Qualifica/oriGIn Portugal, associação de direito privado que tem como objetivos principais o desenvolvimento agrícola e rural, a defesa e promoção das indicações geográficas em Portugal e no mundo e, ainda, a representação nacional e internacional dos agrupamentos de produtores de produtos com IG.-----
O presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

Sérgios Soares – Obrigado, senhor presidente. É só para esclarecer uma não-verdade. Eu não fui aluno do senhor presidente da Câmara como ele disse na intervenção.-----

Paulo Lourenço – Renovo os cumprimentos de há bocado. Em parte, o senhor presidente da já deu uma pequena resposta ao que eu venho aqui perguntar, que é o seguinte: estaremos perante a proposta de adesão a uma nova associação, a qual acarreta custos fixos e que não está muito claro. Foi feito um estudo prévio? Qual é a qualidade que o município vai ter? Vai ser membro associado, membro efetivo ou, até mesmo, membro de honra? Convém esclarecer. Os interesses do município estão salvaguardados, uma vez que o mirtilo de Sever não tem uma denominação de origem protegida e que esta associação está ligada a várias DOPs? Por outro lado, depois de tanta discussão e trabalho que deu, a desvinculação do município da Agim, o qual não sabemos se já é efetivo, vamos integrar uma nova? Há mesmo essa necessidade? Ainda mais agora que o município comprou as marcas que eram propriedade da Agim, podendo criar o próprio município uma entidade ou uma associação em nome próprio sem jóias e sem contas. O que é que vão fazer com as marcas que compraram à Agim? E, caso se efetive essa adesão, supomos que vai ser feito um relatório anual, a apresentar na Assembleia Municipal, o qual reflita toda a atividade sobre o que o município integrou, participou, tudo que esteja ligado a esta associação, de forma a ser avaliado o custo e benefício efetivo. Até porque, segundo o artigo 6.3 do estatuto que foi apresentado, em caso de problemas financeiros são os associados a suportar os custos existentes e isto faz lembrar algo.-----

António Monteiro – Muito obrigado senhor presidente da mesa, senhor presidente da Câmara. Uma das questões que eu queria colocar, e que já foi aqui abordada, e que é a questão da Agim e como é que esta associação se vai relacionar com aquilo que foi o triste processo da Agim por condução do senhor presidente da Câmara. Em segundo lugar, aquilo que me deixa algo preocupado é olhar para a informação que está disponível e que nos diz que, só no último ano, saíram duas câmaras municipais desta associação e a pergunta que eu quero fazer ao senhor presidente da Câmara é porque é que essas câmaras saíram e está Sever do Vouga, agora, a entrar? O que é que correu mal para levar essas câmaras a saírem? Qual é a avaliação que o senhor presidente da Câmara faz para considerar para considerar que é vantajoso, para o município de Sever do Vouga, integrar uma associação que câmaras, como por exemplo Coimbra, ainda no ano passado abandonaram. Por outro lado, dentro daquilo que são os órgãos sociais. Já agora, uma nota - eu tive o cuidado de ir ver o site desta associação e sendo uma associação que, teoricamente, tem vários municípios enquanto associados, o site é absolutamente omissivo quanto ao nome desses mesmos municípios, ou seja, nós vemos que nos órgão sociais há alguns municípios que estão representados, já agora, fica a pergunta se é suposto o município de Sever do Vouga ter alguma responsabilidade nos órgãos sociais da

associação ou não, se isso está previsto para um próximo mandato ou não, o que é que foi acordado, mas, mais estranho ainda é estando estes municípios nos órgãos sociais, não constam como associados no site desta associação. Isto são questões que nos deixam intrigados e a carecer de explicações do senhor presidente.-----

Presidente da Câmara Municipal – Eu disse aqui que, aquilo que nos “*obriga*” a aderir a esta associação é o facto de ela fazer a preparação dos processos de classificação de produtos endógenos e o efeito da nossa adesão é pagar uma quota singela de adesão, que é o que está aqui, e que não nos obriga a mais nada. Possivelmente, os municípios que já saíram foram aqueles que viram o processo completo, chegaram àquilo que queriam vão-se embora. É um bocado isto, só que a via de nós pagarmos, por assim dizer, ou de contribuirmos para o trabalho de preparação do processo, é esta, é entrar como sócio como numa associação normal, que não tem nada a ver com a Agim nem com processo de quotas de parte da associação. É uma quota como um associado de uma associação qualquer. Agora, é uma obrigação deles, para nós termos o processo e para trabalharem o processo, que nos inscrevemos como sócios e não nos obrigam a que estejamos lá, quando quisermos sair, saímos. Tem a ver a adesão para obter o *know-how* deles neste trabalho e processo de preparação.-----

Com base na proposta e os elementos que serviram de fundamentação à mesma, considerados aqui como reproduzidos, deliberou a Assembleia Municipal, por maioria, autorizar a adesão à Associação Qualifica/oriGIn Portugal, sujeita ao pagamento de uma joia de inscrição no valor de €1 875,00 (mil, oitocentos e setenta e cinco euros) e a quota anual no valor de €1 875,00 (mil, oitocentos e setenta e cinco euros).-----

Catorze votos a favor – Alexandre Machado, António Cruz, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques.-----

Catorze abstenções – Ana Tavares, António Dias, António Monteiro, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

1.3 Versão Final do Regulamento Municipal do Fundo de Emergência Social: - Na sequência da publicitação e audiência pública ao Regulamento Municipal do Fundo de Emergência Social, sem qualquer apresentação de sugestões, a Câmara Municipal submeteu a versão final do regulamento à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação da mesma e subsequente publicação no Diário da República.-----

O presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

Patrícia Santos – Renovo os votos de há pouco. A bancada do PSD congratula-se com este regulamento que já devia estar implementado há muito tempo, mas pelos vistos, seguiu os trâmites legais e normais e, quatro anos depois, cá está ele. Parece-nos, até, muito bem estruturado, mas como é um regulamento é preciso ver se a prática se aplica ao que está escrito. Se a sua aplicabilidade não primar pelo rigor de nada serve. O rigor e a excelência devem ser tópicos primordiais quando estamos a prestar um serviço em prol do povo. Estamos em crer que deverá ser feito um relatório circunstancial de forma a se saber o que está a ser feito localmente e ir corrigindo, assim, possíveis falhas que possam ocorrer. Todavia, tendo em conta as experiências passadas, esperamos que esta sugestão não seja ignorada. Afinal, a Assembleia Municipal serve para expor estes casos. Serve para nós, deputados municipais, sermos informados daquilo que a Câmara Municipal está a fazer. Pergunto ao senhor presidente se este regulamento tem alguma coisa a ver com o regulamento do Plano de Emergência Covid que o senhor disse, na assembleia municipal passada, que estava em fase de aprovação. Estamos, portanto, a falar do mesmo? É que, se estes dois planos são o mesmo, este regulamento não apoia os comerciantes nem a indústria. É óbvio que é preciso incluir a indústria e o comércio, ou então, ser-nos apresentado o Plano de Emergência Covid que, até agora, ainda não apareceu, mas que estava em fase de aprovação há três meses atrás. Por falar nisso, as máscaras distribuídas

recentemente, apenas no comércio local restrito à Av. Comendador Augusto Martins Pereira, chegaram também às ruas transversais ou às freguesias? E a indústria teve direito, também, à oferta destas máscaras?-----

Pedro Mendes – Muito obrigado. Renovo os votos de há pouco. A nossa intervenção sobre esta matéria acompanha um pouco aquilo que foi a intervenção anterior. Nós consideramos que se deve valorizar esta iniciativa, mas gostávamos que este regulamento, nomeadamente a sua aplicação, fosse alvo de informação e de acompanhamento por parte desta Assembleia Municipal, sob pena e para defesa deste executivo e do senhor presidente da Câmara, de poder passar uma ideia de algum eleitoralismo tendo em conta a forma como este regulamento está estruturado. A nossa intervenção é no sentido de solicitar que a aplicação deste regulamento e aquilo que forem os resultados da sua aplicação possam ser acompanhados por esta Assembleia Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Começo já pela intervenção de Pedro Mendes. É óbvio que os relatórios de aplicação de qualquer regulamento, este é mais um regulamento que já existia e que estava curto em relação à sua aplicação, ao qual foram adicionadas mais algumas medidas de apoio, nomeadamente aquela que já hoje aqui foi falada do apoio ao transporte de doentes para unidades de saúde de doentes crónicos, etc. Portanto, foi completar mais um regulamento que já existia que tinha menos medidas do que esta. Este regulamento é tal como outros que se aplicam a outras situações, o do arrendamento, por exemplo, o da natalidade, são vários regulamentos em funcionamento. O plano covid é o conjunto dessas medidas todas, o covid é a aplicação das medidas, algumas estarão aqui neste regulamento, de apoio social que não é apenas para o covid, não foi por causa do covid que ele surgiu. Surge para valer, para regulamentar o exercício destas medidas e para ser aplicado no município. O plano covid compila todas as medidas e esses apoios se houver e os apoios que haja não são, não têm de estar aqui, aqui apenas estão os apoios sociais. A distribuição das máscaras foi feita nos comércios e foi exclusivamente nos comércios porque têm um funcionamento bastante diferente das empresas. Foi na perspectiva de sensibilizar as pessoas para a utilização da máscara e para quando elas utilizarem os comércios terem lá para entrarem ou para recorrerem ao comércio e foram distribuídos por todos os comércios, mesmo fora da vila, se ainda não chegou a alguns, vai chegar naturalmente.-----

Pedro Mendes – Muito obrigado. Senhor presidente, eu percebo perfeitamente a sua intervenção, mas aqui entra um ponto que é importante e já foi aqui debatido hoje que tem a ver com a informação escrita que a Câmara Municipal tem prestado, nomeadamente a ausência de detalhe que diz respeito à aplicação dos regulamentos que citou e aquilo que nós solicitamos é que isto possa passar a acontecer com este regulamento e com os restantes.-----

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor, a versão final do Regulamento Municipal do Fundo de Emergência Social para publicação no Diário da República.-----

1.4 Estratégia Local de Habitação do Concelho de Sever do Vouga: - Foi presente e analisada Estratégia Local de Habitação do Concelho de Sever do Vouga.-----

O presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

Tony Martins – Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, excelentíssimos senhores deputados municipais, senhor presidente da Câmara e restantes membros do executivo, senhores presidentes das Juntas de Freguesia, minhas senhoras e meus senhores. O direito à habitação é um direito consagrado na nossa Constituição, e ainda bem que é assim, pois contribui para a dignidade humana e desenvolvimento social e económico de uma região. Após análise do documento apresentado, registamos que o mesmo é muito semelhante aos planos existentes nos concelhos vizinhos e que provavelmente lhe serviram de base. Nada contra. No entanto, queremos deixar aqui as nossas dúvidas quanto à sua aplicabilidade real no terreno.

Queremos, também, explicar aqui que o mesmo é omissivo na forma em como se articularão as parcerias, nomeadamente com as instituições de carácter social. Julgamos ser importante que os termos e condições dessas mesmas parcerias assim como a posse, responsabilidades e sustentabilidade das mesmas, seja atempadamente estabelecido e do conhecimento geral, a fim de dissipar qualquer dúvida sobre este assunto. Julgamos útil também que estas parcerias sejam estendidas à iniciativa privada, com algumas adaptações, nomeadamente no incentivo à recuperação de património com medidas que visem a simplificação e desburocratização do processo, apoio técnico entre outras medidas simples como seja a isenção de IMI, que fomentem a sua reconstrução e disponibilização das habitações para o mercado de arrendamento. Embora este documento esteja bastante completo, julgamos que poderia ser ainda melhorado com as sugestões apresentadas.-----

António Monteiro – Muito obrigado senhor presidente da mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores deputados, senhores presidentes de Junta. Tivemos o cuidado de analisar o documento que foi apresentado, com toda a atenção, e consideramos que o diagnóstico que consta desse mesmo documento se aproxima muito do diagnóstico que nós temos feito ao longo dos anos e que, infelizmente, a maioria procurou muitas vezes esquecer ou considerar de menor importância. É dramática a perda de população em Sever do Vouga e é absolutamente dramático o envelhecimento dessa mesma população e este é o diagnóstico que, sem tirar nem pôr, está neste documento. Confirma aquilo que são as principais preocupações do CDS que nos têm guiado ao longo deste mandato. A dificuldade em fixar população jovem para aumentar o número de residentes em Sever do Vouga e essa dificuldade em fixar jovens leva a que haja um envelhecimento muito preocupante da população em Sever. Agora, este documento que tem um diagnóstico que, na nossa opinião, é acertado e está claramente de acordo com a realidade que o concelho atravessa tem, depois, um outro defeito, é que, parece que, de alguma forma, este documento aponta apenas para criar condições para que a Câmara tenha acesso a verbas da administração central para proceder à reabilitação do património municipal, nomeadamente a habitação social e outros tipos de equipamento municipal ou até de freguesias, mas, na realidade, o documento falha na definição da estratégia completa em relação à habitação e falha porquê? Falha, desde logo, porque, infelizmente, não foi objeto de um debate prévio, nesta Assembleia Municipal, com a profundidade necessária para, em conjunto, conseguirmos encontrar soluções para aquilo que, para nós, são dos problemas mais graves. Hoje, aquilo que nós podemos constatar é que um dos problemas mais graves de Sever do Vouga, na sequência deste diagnóstico, são os idosos que vivem isolados nas freguesias muitas vezes longe do centro da vila. Esses idosos têm, muitas vezes, escadas que dificultam o seu acesso à habitação e que, por isso mesmo, era importante termos desenhado uma estratégia para apoio nessas mesmas situações. Tem, também, questões que têm a ver com a capacidade de melhorar as condições térmicas, por exemplo, mudando janelas, forro de telhados que pudesse, dessa forma, também melhorar a qualidade de vida dos idosos que estão isolados. Deveria, por exemplo, ponderar uma estratégia que teria, na nossa opinião, que ser trabalhada em conjunto com IPSS do concelho no sentido de, eventualmente, se criar residências assistidas para idosos que não fossem exatamente o modelo do lar, mas que pudessem encontrar soluções para quem está isolado e a quem, por exemplo, apenas o apoio domiciliário não permite ter este apoio. Estas são algumas das questões que gostaríamos que tivessem sido abordadas como prioridades fundamentais neste plano, mas que nos parece que estão, de alguma forma, secundarizadas, esquecidas, no plano que nos foi apresentado. Eu percebo o objetivo de ir buscar apoios e subsídios à administração central para fazer a reabilitação da habitação social que é propriedade do município, mas do ponto de vista estratégico, também há a possibilidade de haver apoios para as questões de acessos, do isolamento que deviam estar, eventualmente, já quantificadas, planificadas até em colaboração com as juntas de freguesia e que cuidassem dos idosos que estão a viver nas freguesias, nas aldeias, e esses, infelizmente, parecem-nos que estão esquecidos neste mesmo plano.-----

Presidente da Câmara Municipal – Eu penso que misturou aqui uma data de coisas. Há, efetivamente, planos e medidas de apoio para a mobilidade, para a eficiência energética, alargadas por todo o país, mas que não tem nada a ver com a estratégia de habitação. Cada pessoa se pode candidatar em separado. O diagnóstico, por assim dizer, analisou todas essas situações e teve a ver, exatamente, com as propostas das IPSS, das pessoas das autarquias locais, etc., que nos focalizaram quais eram as necessidades que as pessoas manifestavam e isto tem a ver com a habitação, em si, e não tem a ver com essas melhorias porque essas podem ir a outros lados. Como digo, há medidas para isso. Aqui é exatamente para a necessidade de habitação das pessoas que não tinham, ou tinham habitação degradada que precisava de melhorias, e isso foi feito a partir do diagnóstico que foi discutido, analisado, nas freguesias, no terreno, nas IPSS, aliás, as tais parcerias com as IPSS foram feitas para as que tinham possibilidades de incluir aqui alguns edifícios, alguma coisa para recuperar. Tudo isso foi contabilizado a partir da necessidade e não desses ajustamentos porque a Câmara Municipal tem regulamentos para isso, para essas melhorias, apoio social à melhoria da habitação. Temos a organização “Just a Change” que, ao longo dos últimos anos, já interveio em cerca de 60 habitações, portanto, esses é que são para isso, para melhorias nas habitações, tem a ver com mobilidade, etc., todos os anos fazemos essas intervenções. Aqui não foi uma questão de procura, neste caso não foi por aí, não foi a procura para termos financiamento, foi porque surgiu a medida e porque nós tínhamos necessidade, aliás, já em tempos tínhamos feito esta recolha de informação e este diagnóstico já há uns anos e verificámos que no fim daquilo em todo o diagnóstico apenas uma freguesia manifestava intenção de criar alguma habitação, não querendo que ela fosse concentrada, portanto, a opção do concelho foi sempre da aposta em habitações separadas ou familiares e nunca em blocos de construção, aliás, consta aqui qualquer coisa em relação à ampliação do nosso bairro para habitação mais concentrada, mas o grande objetivo não era esse porque as pessoas não manifestavam esse objetivo de querer viver para determinados locais onde tivesse vários blocos de habitação. Portanto, foi esta a estratégia definida com base na necessidade e nos *reports* que as pessoas deram pelas freguesias e as IPSS em primeiro lugar. Isto foi bem discutido com eles e procurado como é que íamos apostar nisto e eles foram dizendo aqui há necessidade para fulano, para a família tal, foi um diagnóstico exaustivo e não foi com o objetivo de, porque para os outros já temos regulamentos, como já disse, temos um regulamento que permite isso e todos os anos temos intervenções.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor presidente da mesa. Senhor presidente da Câmara, é por isso que nós, às vezes, temos dificuldade em entender-nos. O ponto que nós estamos a discutir chama-se Estratégia Local de Habitação do Concelho de Sever do Vouga. Eu sei, e o senhor presidente da Câmara sabe, que a razão principal pela qual está a apresentar, neste momento, aqui esta estratégia, é para conseguir ter acesso a verbas da administração central para apoiar a construção de um determinado tipo de habitação. Agora, o que eu estou a dizer e disse aqui na minha intervenção anterior, é que, se queremos falar de uma estratégia local de habitação, não é apenas essa a componente que é relevante. Se queremos um documento que é apenas para ir buscar umas verbas à administração central, eu percebo a forma como ele está feito. Agora, o que estou a chamar à atenção é que, mesmo que não seja elegível neste programa, mas seja para outros, que se queremos ter uma estratégia de habitação que as outras componentes deveriam ser equacionadas e integradas num plano e nesse plano, evidentemente, estão as outras vertentes que eu enunciei e que o senhor presidente disse estar noutra regulamentação. Nós consideramos isso relevante e deveria ter sido equacionado, também no plano, e deveria também estar integrado no plano porque o plano deveria abordar as diferentes componentes e é aí que nós fazemos esse reparo. É que está a faltar essa parte, nós sabemos que há algum trabalho feito, mas que deveria constar, também, do plano porque isso ficou esquecido. Isto significa que a prioridade do plano, que é o documento oficial, se quisermos, essas prioridades que foram avançando podem regredir porque deixam de ser

consideradas neste mesmo plano, portanto, a hierarquia das prioridades, para nós, é importante. O plano deveria equacionar a hierarquia das prioridades. O plano deveria identificar as fontes de financiamento, e sabemos que existem, nomeadamente na administração central, mas deveria equacionar todas as fontes de financiamento, desde a fonte de financiamento para a qual sabemos que serve este plano que é reabilitar o bairro de habitação social, por exemplo, à questão de mudar a caixilharia das janelas ou de melhorar os acessos das escadas de uma habitação de um idoso. Deveria estar, na nossa opinião, por isso é que consideramos que o diagnóstico está correto, o documento está incompleto porque falta uma componente que deveria dele constar.-----

Presidente da Câmara Municipal – Isto surge no âmbito de uma legislação própria para esta situação. Saiu legislação que apoiava a criação dos planos e diz lá sinteticamente como é que os planos têm de ser, portanto, foram seguidas as orientações da lei, para que ela fosse aprovada em primeira instância no IHRU a criação da estratégia e desenvolvida a seguir, portanto, a estratégia não mistura essas situações, cumpre aquilo que a própria lei deriva para aqui e era assim, a criação de habitação nova ou reformulação de habitação para a criação de espaços ocupados por pessoas e não melhoria das condições do interior de casas onde vivem as mesmas pessoas. Está organizado cumprindo aquilo que é a legislação e de acordo com as discussões no IHRU, portanto, isto tem sido acompanhado, aliás, vocês veem, todos os dias, nas notícias, que o senhor ministro esteve na estratégia de habitação, e agora para responder ao Tony também, não há assim tanta por aí, penso que aqui à nossa volta ninguém tem ainda a estratégia definida, há 12 no país já aprovadas até agora. Fomos dos primeiros na aprovação da criação da estratégia, isso é uma primeira candidatura, depois, tudo aquilo que está aqui refletido vai ser acordado conforme as medidas de apoio, numas é apoio ao investimento com determinado valor, noutras apoiam parte dele, numas é por apoio a fundo perdido, noutras é por empréstimo e mais não sei quantos, depois cada proposta vai procurar o fundo de investimento.-----

O órgão deliberativo aprovou, por maioria, a Estratégia Local de Habitação do Concelho de Sever do Vouga.-----

Vinte votos a favor – Alexandre Machado, Ana Tavares, António Cruz, António Dias, António Monteiro, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Custódio Lima, David Alves, Edite Rodrigues, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mário Silva, Pedro Mendes, Renata Marques e Sérgio Silva.-----

Oito abstenções – Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Elmano Silva, Mariana Bastos, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço e Tony Martins.-----

1.5 Freguesia de Talhadas – Apoio: - Foi presente uma proposta da Câmara Municipal para a atribuição de um apoio financeiro à Junta de Freguesia de Talhadas para a compra de um imóvel e de um prédio rústico.-----

O presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

António Dias – Obrigado, senhor presidente da mesa. O Conselho Diretivo dos Compartes dos Baldios do Lugar do Seixo manifestou disponibilidade e apoio à Junta de Freguesia que, por sua vez, fez um pedido à Câmara Municipal para adquirir dois imóveis, um urbano que permite o alargamento do acesso a terrenos agrícolas e florestais a sul do lugar e, um rústico, que permite o alargamento para colocação do Ecoponto, embelezamento e a colocação do abrigo de passageiros. O artigo urbano é uma casa de habitação que fica atrás da capela, que impede a passagem de viaturas, nomeadamente bombeiros em caso de necessidade, o que se reveste de grande interesse e utilidade pública a sua aquisição uma vez que aquando do último incêndio que atingiu a zona serrana de Águeda os bombeiros tiveram que fazer cerca de uma dezena de quilómetros para ir para o local. Uma viatura pesada não passa naquele local. A Junta disponibilizou-se a participar com cinco mil euros e o Conselho Diretivo dos Compartes dos Baldios do Lugar do Seixo também com cinco mil euros, portanto, faltavam dez mil euros para selar o negócio. Por conseguinte, solicitámos apoio à Câmara Municipal que trouxe aqui, hoje,

esta proposta. Da parte da Junta de Freguesia é mesmo por causa de apoio, sobretudo, à Proteção Civil.-----

Jorge Graça – Mais uma vez renovo os cumprimentos a todos na pessoa do senhor presidente da mesa. Em relação a este ponto em concreto, realçar e enaltecer que, quando o trabalho é feito em conjunto, as coisas acontecem. Acho, realmente, que, este ponto que está em discussão e que vai, eventualmente, ser aprovado, é um exemplo vivo disso. Quando as pessoas conversam e se entendem as coisas acontecem. Quando vêm com a intenção de complicar e fazer outros aproveitamentos que não sejam o desenvolvimento da freguesia ou dos concelhos as coisas não acontecem.-----

Analisada a proposta apresentada pela Câmara Municipal, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor, a atribuição de um subsídio no valor de € 10 000,00 (dez mil euros), à Junta de Freguesia de Talhadas, para apoiar a compra de um imóvel registado sob o artigo matricial urbano número 55, a fim de alargar o acesso à povoação do Seixo, em Talhadas e, ainda, a compra de um prédio rústico registado sob o artigo matricial número 2734, no mesmo lugar, para a colocação de um ecoponto, um abrigo de passageiros e embelezamento do espaço.-----

O membro António Monteiro não votou este ponto por não ter estado presente na sala aquando da votação.-----

1.6 Alteração da Delimitação da ARU – Área de Reabilitação Urbana da Vila de Sever do Vouga: - Foi apresentada a proposta da Câmara Municipal relacionada com a alteração da delimitação da ARU, uma vez que o período de vigência de três anos foi ultrapassado.-----

O presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

Elmano Silva – Uma vez mais renovo os cumprimentos. No nosso concelho é notório o envelhecimento e o abandono da população. Como consequência disso, estamos a caminhar, cada vez mais, para a desertificação do nosso concelho. Falo, especialmente, das nossas freguesias que não têm sido acompanhadas como é a vila, sede do concelho. Esta realidade é preocupante e merece muito mais a atenção de todos, de forma a que sejam tomadas medidas para reverter esta situação. Como sabemos, o caminho da desertificação é já evidente em zonas do concelho onde encontramos uma população bastante idosa e com necessidades de apoio. Falo na área da saúde e da mobilidade. Perante esta realidade, entendemos que é necessário criar soluções que criem valor, que criem emprego, especialmente para os mais jovens, ferramentas indispensáveis para a fixação da população. Só com medidas eficazes é que se poderá travar o abandono da população ativa, impedindo assim a sua saída para concelhos vizinhos ou até o recurso à emigração. As medidas que visam a requalificação urbana da sede do concelho, aprovada em 27 de janeiro de 2016 e com âmbito temporal de aplicação de três anos, designada por ARU e que tem por objetivo, passo a citar: *“a área da reabilitação urbana (ARU) Sever do Vouga, tem como objetivo central a criação de condições que promovam a fixação da população, assim como de atividades ligadas ao comércio e serviços no seu centro. Esta ARU define uma unidade de intervenção na área central da vila de Sever do Vouga, onde identifica um conjunto de imóveis de interesse patrimonial. A autarquia deverá proceder a intervenções de requalificação no espaço público, concedendo aos privados um quadro de benefícios e incentivos fiscais mais favorável para procederem à reabilitação do seu património”*. Preocupados com a desertificação das freguesias, mais uma vez, a bancada do PSD vem, desta forma, propor o seguinte: com base nos parâmetros e objetivos inicialmente propostos, propomos que a ARU seja alargada a todos os centros de freguesia como medida de apoio e criação de condições à fixação da população nas freguesias. Esta proposta de alteração visa servir como complemento e reforço de medidas para combater a desertificação e envelhecimento que, infelizmente, assistimos frequentemente nas nossas freguesias.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor presidente da mesa, senhor presidente da Câmara. Esta é uma matéria que nos preocupa, que já foi objeto de algum debate,

especificamente a área de reabilitação urbana, no passado, e que, hoje, nós procurámos, também, abordar noutros instrumentos, designadamente na estratégia de habitação que o senhor presidente considera que deve ser apenas para corresponder àquilo que são as exigências legais para obter acesso a verbas, mas que nós achávamos que devia ser um documento mais ambicioso que tivesse em conta aquilo que são os objetivos do concelho em termos de habitação. Nós sentimos que há, realmente, um problema, especialmente na sede das freguesias, onde estão identificados muitos idosos que vivem isolados, que precisam de apoio e em muitas habitações, também essas, em risco de degradação ou em degradação. Essa ideia de abandono do centro das nossas aldeias, nas várias freguesias, é um sinal que nos deixa preocupados. Tivemos ocasião e sabemos qual é a resposta que o senhor presidente disse na última vez que fizemos este debate, mas consideramos que tem que ser enquadrada uma forma de, naquilo que são os núcleos centrais das freguesias, de haver uma intervenção equivalente àquela que há na vila. A área de reabilitação urbana permite isenção do IMI, isenção do IMT e permite IVA na construção a 6% em vez de ser à taxa habitual que, como sabemos, custa muito dinheiro. A delimitação da área de reabilitação urbana é uma prerrogativa do município, da Câmara, que tem de obedecer aos critérios legais, mas eu gostaria de fazer notar ao senhor presidente da Câmara que, quando olhamos para aquilo que é o desenho do perímetro urbano que delimitou para a vila, que há lá inúmeros espaços que não estão construídos. Ora, se esta é uma estratégia de reabilitação do edificado, em princípio, estas prerrogativas são para a reconstrução, também há a questão de saber de que obras novas estamos a falar e era bom que essa explicação fosse dada à assembleia, se há obras novas onde, quando é que vão ser dados esses apoios e, por isso mesmo, percebendo a dificuldade que temos e a necessidade de apoios à reabilitação, há um desafio que eu gostaria de fazer ao senhor presidente da Câmara. Se o problema é o de não se poder isolar os núcleos das freguesias, como já utilizou esse argumento em assembleias municipais anteriores, aquilo que eu desafio o senhor presidente da Câmara é delimitar toda a área do concelho de Sever do Vouga como área, ou seja, todos os investimentos que sejam feitos na reabilitação urbana passam a ser ARU e atenção, senhor presidente, da mesma forma que tem zonas que não são propriamente urbanas incluídas no atual mapa é alargar o mapa até ao limite do concelho e há concelhos que o fizeram como forma de incentivar, do ponto de vista fiscal, à reabilitação urbana. Se a objeção do senhor presidente à proposta que os núcleos das freguesias tenham acesso a estas isenções é de que não pode porque descontinua o mapa e já não são consideradas zonas urbanas, da mesma forma que, na delimitação que agora nos apresenta aqui inclui zonas que não são urbanas, então se assim é alarga a todo o concelho e aí acho que estaria a dar um excelente sinal ao investimento em Sever do Vouga que seria prescindir do IMI, do IMT e, já agora, do IVA, que só uma pequena parcela é que pode ser considerada como tendo relevância para as finanças locais, mas faça isso porque é uma forma de incentivar à reabilitação dos vários núcleos que nós temos nas freguesias e que, neste momento, estão abandonados.-----

Presidente da Câmara Municipal – Quem ouvir isto de fora, e estamos aqui todos nós a ouvi-lo, até pensa que nós é que não quisemos fazer isso. Na primeira iniciativa que tivemos para criar a ARU tentámos isso logo, ir a todas as freguesias, que era o que nós queríamos e foi-nos dito que não – o centro urbano é só o centro da vila e andámos a esticar de um lado e do outro para ver se o esticávamos ainda assim até para ver se íamos aqui com a vila e chegávamos à Senhorinha o que nem sequer nos foi autorizado. Agora, para as freguesias não. O senhor leia a legislação da valorização e reabilitação urbana e diz lá apenas nos centros urbanos, entenda-se centros das vilas, no caso das vilas, e centros das cidades mais pequenas que já nem se chama ARU, tem outro nome que é PEDU que é o caso de Ílhavo aqui na nossa zona só Águeda, Ílhavo, Aveiro e Ovar porque tem de mais de 30 mil habitantes, portanto, todas as outras, os mais pequenos, estão limitados a este investimento apenas nos centros urbanos, não dá para estender ao concelho, possivelmente São João da Madeira consegue isso porque é toda zona urbana. Agora, nas ARUs não, dê-

me um exemplo, aliás, quando nós avançamos para isto, no início, quando foi definida a primeira ARU, foi assim que nós a fizemos, só que lá disseram-nos que não. A nossa vontade era ir ao centro de todas as freguesias.-----

António Monteiro – Senhor presidente, só uma última nota que é uma constatação que me deixa muito infeliz, que é de cada vez que o senhor presidente vai a Lisboa não consegue aquilo que pretende fazer. A incapacidade de reivindicação que nós vemos é que não há uma que consiga.-----

Presidente da Câmara Municipal – Leia os regulamentos. Isto não é em Lisboa, isto obedece a uma candidatura que tem de ser acompanhada pela CCDR, com vista a um apoio dentro da reabilitação.-----

O órgão deliberativo, por maioria, deliberou o seguinte:-----

- a) Aprovar a nova proposta de alteração da delimitação da ARU – Área de Reabilitação Urbana da Vila de Sever do Vouga e a autorização para a elaboração de uma Operação de Reabilitação Urbana (ORU) do centro da vila de Sever do Vouga (de acordo com o enquadramento jurídico do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro com a redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto);-----
- b) Optar, nos termos do n.º 3 do artigo 8º do RJRU, por uma ORU Sistemática;-----
- c) Enquadrar a ORU do centro da vila de Sever do Vouga por um Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), de acordo com o n.º 4 do artigo 8º do RJRU;-----
- d) Definir o Município de Sever do Vouga como entidade gestora da ORU;-----
- e) Estabelecer um prazo de 10 anos para a vigência da ORU, com a possibilidade de prorrogação até ao prazo máximo de 15 anos contados a partir da data da sua aprovação em Assembleia Municipal.-----

Quinze votos a favor – Alexandre Machado, António Cruz, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Custódio Lima, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques.-----

Treze abstenções – Ana Tavares, António Dias, António Monteiro, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

1.7 Freguesias – Transferências de Competências: - Considerando que, a transferência de competências começou com a realização de uma reunião para discussão da segunda proposta do Orçamento Municipal para 2021, onde foi discutida e apresentada uma proposta comum para a transferência de recursos nos termos do artigo 5º e que, nos órgãos das freguesias abaixo indicadas, foram aprovadas as propostas das transferências de competências para:-----

- a) A gestão e manutenção de espaços verdes;-----
- b) A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros (incluindo a limpeza dos percursos pedonais denominados por PR das freguesias que os possuem);-----
- c) A manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;-----
- d) A realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;-----
- e) A manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico.-----

A Câmara Municipal apresentou proposta Assembleia Municipal para a transferência das competências acima indicadas, tornando-se exequível o que se encontra previsto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e, Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, conjugados com o previsto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25º e alínea ccc) do artigo 33º ambos do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tomando efeitos desde 01 de janeiro de 2021, por estarem as freguesias a realizar aquelas competências desde aquela data, para as seguintes freguesias:-----

- Freguesia de Couto de Esteves;-----
- Freguesia de Pessegueiro do Vouga;-----

- Freguesia de Sever do Vouga;-----
- Freguesia de Talhadas, apenas revisão dos recursos;-----
- União de Freguesias de Cedrim e Paradela;-----
- União de Freguesias de Silva Escura e Dornelas.-----

O presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

Diana Paiva – Renovo os meus cumprimentos. Congratulamo-nos por estes acordos estarem finalmente a ser assinados, como já dissemos anteriormente, os senhores presidentes de Junta acordaram e concordaram todos com os valores que aqui estão plasmados, apesar do PSD considerar curto para o que é pedido. Gostaria de perceber, no entanto, se nos foram apresentados todos os documentos, pois se foram eu tiro algumas ilações. Alguns senhores presidentes de Junta foram muito mais diligentes e trataram de fazer aprovar na sua freguesia pelo órgão competente a deliberação de aceitação da competência delegada, outros, nem sequer o fizeram, pois não temos aqui nada referente à freguesia de Rocas do Vouga, nem deliberação da Junta nem da Assembleia de Freguesia, outros, por talvez erro, juntam a deliberação do órgão executivo mas não temos a deliberação do órgão deliberativo e competente como é a Assembleia de freguesia, que é o caso da freguesia de Talhadas que não temos aqui qualquer documento relativo a essa deliberação, pelo que, esta freguesia não tendo essa deliberação tenho dúvidas se a podemos aprovar. Não sei onde está o lapso, se do município por não ter feito chegar à mesa da Assembleia os documentos, se da parte das freguesias que não tomaram as deliberações pelos órgãos competentes a tempo desta Assembleia.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor presidente da mesa. Senhor presidente da Câmara, eu vim cá apenas porque, ao longo desta reunião, tenho vindo aqui tantas vezes criticar que quis aproveitar esta oportunidade escassa não apenas para dizer que finalmente há os acordos com as freguesias, mas para elogiar a forma como melhorou a instrução destes processos, com a informação dada à assembleia, ao longo deste mandato. Por exemplo, são-nos fornecidas já alguns orçamentos tentativos para percebermos como é que foi fixado o preço, permitindo um escrutínio que já considero mais aceitável, agora vamos ver se naquilo que for o preço contratado se, efetivamente, depois vai ser possível executar com base nesse mesmo valor, mas, uma vez que, ao longo desta reunião, foram tantas as vezes em que vim cá cima que, pelo menos desta vez, quis cá vir dizer que havia uma clara melhoria na forma como estava instruído e que nós consideramos que esta é uma forma de devolver competências às freguesias de forma a permitir que, prestando um serviço mais próximo dos cidadãos sejam mais eficientes, consigam executar de forma mais poupada e mais eficaz aquilo que são estas competências que são competências municipais e que eu acho que é no benefício de todos – da Câmara, do município, das freguesias e dos severenses, evidentemente.-----

Presidente da Câmara Municipal – No caso de Talhadas já tinham assumido a transferência, portanto, já tinha os documentos ordenados na altura. No caso de Rocas, não entregou, porque ainda não foi à Assembleia de Freguesia, e só entra neste processo quando entregar a documentação solicitada.-----

O órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a transferência das seguintes competências:-----

- a) A gestão e manutenção de espaços verdes;-----
- b) A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros (incluindo a limpeza dos percursos pedonais denominados por PR das freguesias que os possuem);-----
- c) A manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;-----
- d) A realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;-----
- e) A manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;-----

, tornando-se exequível o que se encontra previsto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e, Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, conjugados com o previsto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25º e alínea ccc) do artigo 33º ambos do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tomando efeitos desde 01 de janeiro de 2021, por estarem as freguesias a realizar aquelas competências desde aquela data, para as seguintes freguesias:-----

- Freguesia de Couto de Esteves;-----
- Freguesia de Pessegueiro do Vouga;-----
- Freguesia de Sever do Vouga;-----
- Freguesia de Talhadas, apenas revisão dos recursos;-----
- União de Freguesias de Silva Escura e Dornelas.-----

Patrícia Santos não votou este ponto por não ter estado presente na sala aquando da votação.-----

1.8 Mapa de Pessoal e Plano de Recrutamentos 2021 – 1ª Alteração: - Considerando as alterações que se pretendem fazer em alguns serviços do município, foi presente uma proposta da Câmara Municipal para a 1ª alteração ao Mapa de Pessoal 2021 para:-----

- Criação de um posto de trabalho para um Coordenador Técnico (Contratação Pública);
- Criação de um posto de trabalho para um Técnico Superior (Arquitetura Paisagista);---
- Criação de um posto de trabalho para um Técnico Superior (Psicologia);-----
- Criação de um posto de trabalho para um Técnico Superior (Terapia da Fala).-----

A proposta também engloba o plano de recrutamento e a identificação e justificação dos postos de trabalho cuja caracterização implica o exercício de funções nas condições que conferem o direito à retribuição do suplemento de penosidade e insalubridade (cfr. n.º 4 do artigo 24º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro).-----

O presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

António Monteiro – Muito obrigado senhor presidente da mesa, senhor presidente da Câmara. Senhor presidente da Câmara já sabe da nossa discordância geral quanto ao quadro de pessoal que aqui apresentou no passado e que corresponde àquela famosa expressão que usámos para o descrever como “*são mais os chefes que os índios*”. A forma de criar lugares de chefia quando não houve a preocupação de perceber que há uma racionalidade que tem que existir em qualquer organização e essas chefias são criadas para acrescentar despesa e poder pagar mais, deixa-nos, evidentemente, em relação a esse quadro de pessoal com a maior censura. Em relação àquilo que nos é apresentado aqui hoje, padece exatamente do mesmo mau princípio e é um mau princípio que é particularmente grave nesta altura. Vamos a ver, senhor presidente, se estivéssemos a falar apenas uma substituição de funcionários, saiu um entra outro, nem precisava de mudar o quadro de pessoal. Está a mudar o quadro pessoal, porque sai um assistente operacional, por exemplo, mas quero pôr mais um jurista, mais um de relações públicas, o que seja, mas é uma mudança que está a fazer. E, depois, eu digo nesta altura por uma razão. Senhor presidente, se estivéssemos no início do mandato e estivéssemos a tratar da contratação e da operacionalização da Câmara para o seu mandato eu percebia. Podia discordar, mas percebia. Nós estamos no final do mandato. São vagas que ainda tem que haver concurso para preencher ou já estão apalavradas? Porque há aqui algum pudor que tem que haver na gestão de pessoal. Especialmente num ano eleitoral no final do mandato. E, portanto, com toda a franqueza, nós não conseguimos compreender nem aceitamos esta proposta e a forma como está a ser feita a gestão do pessoal que, evidentemente, nos leva às maiores dúvidas do seu aproveitamento eleitoral como sendo aquilo que nós sabemos que é censurável e eu não quero acreditar que o senhor presidente o vá fazer, que é andar-se a prometer esse lugar a troco de apoios eleitorais. Fica a nossa preocupação com o calendário e com aquilo que nós consideramos que é alguma falta de decoro, se quisermos, no calendário em que aqui é apresentada esta proposta e a forma como está a fazer a gestão do pessoal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Voltou, mais uma vez, a confundir tudo. Nós estamos a falar de coisas simples. Estamos aqui a falar do mapa do pessoal, não estamos a falar da estrutura orgânica. É o que está aqui, o senhor leu isto até ao fim? Nós vamos ter no final deste ajustamento mais um trabalhador do que aquilo que tínhamos antes. Se completássemos isto tudo ficávamos com 115 funcionários, tínhamos no ano passado 114. Ao fazer a apresentação, disse-vos do que é que se trata. Trata-se, em vários casos, de alterações por reposição da vaga e noutras casos é por concurso público externo. Surgiu na sequência do término dos contratos, não sei se quem esteve aí nos contratos de estágio vai concorrer ou não. Estágios, deixaram aqui necessidade de aumentar o pessoal nesse espaço e isso é em dois ou três lugares, todos os outros é para repor os lugares vagos por mobilidade, como disse aqui, não se acrescenta nenhum. No caso da fiscal é repor uma vaga por ter saído; no caso da ação social é para repor a vaga de uma senhora que saiu por mobilidade; no caso da educação é o regresso da mobilidade. Será para alguém nosso que esteve em mobilidade antes e vai regressar ao serviço, só que temos que o elencar aqui no quadro, e é disso que se trata, não tem nada a ver com chefias nem com colocação de lugares. Tem a ver apenas com o reforço e ocupação de lugares que ficaram vagos.-----
Analisada a proposta, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, a alteração do mapa de pessoal e o respetivo plano de recrutamento.-----

Treze votos a favor – Alexandre Machado, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Custódio Lima, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques.-----

Nove abstenções – Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

Quatro votos contra – Ana Tavares, António Dias, António Monteiro e Pedro Mendes.----
Os membros António Cruz e David Alves saíram da sessão antes da votação deste ponto.--

1.9 Aquisição por Aluguer Operacional de Viaturas Elétricas – Compromissos Plurianuais:
- Foi apresentado um pedido de autorização para a assunção dos compromissos plurianuais para a despesa do aluguer operacional de “Aquisição por Aluguer Operacional de Duas Viaturas Elétricas de Cinco Lugares”.-----

O presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

Paula Coutinho – Boa tarde, reitero os cumprimentos de há bocado. Foi-nos remetida uma proposta para o procedimento para aquisição por aluguer operacional de viatura elétrica de cinco lugares. Ora bem, na ordem de trabalhos vem mencionada quantas viaturas são, duas, mas minhas caras e meus caros, nos documentos que nos foram remetidos, em lado nenhum, vem mencionado quantas viaturas são. No nosso entender, essa referência devia ser feita. Mais questionamos que carros são, quais as razões para o aluguer e não compra das viaturas, foi feito algum estudo, basearam-se em quê, chegaram a ponderar o *renting* com opção de compra, qual a finalidade, é para renovar a frota ou para aumentar? No dia 28 de fevereiro de 2020, o PSD, na minha pessoa, referiu em assembleia municipal e passo a citar “*Por falar em mobilidade elétrica, somos a solicitar que nos facultem todos os dados sobre o parque automóvel do município, entre os quais: quilómetros - se existe, ou não, registo de quilómetros por viatura e por dia; ano de matrícula e custos com a via verde. Como não temos nada a esconder, solicitamos essa informação, para avaliarmos e propormos ao município a sua substituição por veículos elétricos, com vista na renovação da frota e sustentabilidade ambiental. E antes que nos digam que isso custa dinheiro, alertamos que existem projetos que vão ao encontro dessa pretensão.*” Até à data, como já vem sendo habitual, não nos chegou nenhuma informação, pelo que reiteramos o pedido, formalizando, mais uma vez, com a entrega por escrito do mesmo ao senhor presidente da mesa, que desculpe que lhe diga, não está a desempenhar o cargo com afinco, porque devia ser o senhor presidente a assegurar que as respostas às questões solicitadas deveriam ser dadas. Na mesma altura, mencionei que

existiam apoios e incentivos para aquisição deste tipo de viaturas, por exemplo, no site do Fundo Ambiental.-----

Presidente da Câmara Municipal – É pegar já nessa resposta final, pois é disso que se trata. Nós estamos a fazer uma candidatura ao fundo ambiental e é precisamente para aquisição de carros elétricos só que a candidatura ao fundo ambiental não paga tudo, paga metade e a outra metade temos que a pagar nós como é óbvio e o processo é este, não é outro. Para recorrermos à candidatura ao fundo ambiental temos que seguir as regras do jogo e isso obriga-nos a ter isso, a aprovar aqui o pagamento da renda durante os quatro anos. É exatamente disso que se trata aqui, portanto, a resposta não há outra, é esta.-----
O órgão deliberativo aprovou, por maioria, autorizar a assunção dos compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, conjugada com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do RJAL, para a despesa do aluguer operacional de “Aquisição por Aluguer Operacional de Duas Viaturas Elétricas de Cinco Lugares”.-----

Treze votos a favor – Alexandre Machado, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Custódio Lima, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques.-----

Oito abstenções – Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

Cinco votos contra – Ana Tavares, António Dias, António Monteiro, Edite Rodrigues e Pedro Mendes.-----

1.10 Transferência de Competências para o Município 2021 – Educação: - Através do presidente da Câmara foi presente a proposta da Câmara Municipal, tomada na reunião ordinária realizada no passado dia 28 de abril de 2021, sobre o processo de descentralização.-----

Seguidamente, foi dada a palavra aos membros que pretendessem intervir neste ponto da ordem de trabalhos, pelo que se registaram as seguintes intervenções.-----

Tony Martins – Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal, renovo os cumprimentos de há momentos. A educação é, sem dúvida, um dos pilares fundamentais para a desenvolvimento de toda a sociedade, por esse motivo deve ser uma prioridade e merecer a nossa principal atenção. Desde o início deste processo de transferência de competências, temos alertado e sensibilizado este executivo para a importância deste assunto e que o deveríamos analisar profundamente, até porque uma das bandeiras deste executivo foi precisamente nesta área com a construção do Centro Escolar. Tendo como base a forma como todo o processo de construção decorreu, este executivo deveria ter aprendido que, este assunto é demasiado importante e exige um planeamento antecipado, rigoroso e objetivo. Por esse motivo, exige-se por parte do mesmo, uma maior proatividade e empenho no estabelecimento da estratégia. Olhando para as razões que evocam para não assumir a área da educação, não compreendemos que um dos motivos sejam as compensações, financeiras, portanto. Ao longo de toda esta legislatura, não vimos essas mesmas preocupações durante a construção do Centro escolar, onde fomos brindados com atraso de mais de um ano na conclusão do mesmo, trabalhos a mais, prorrogações gratuitas, tudo isto com encargos pesados para o município. Agora, este mesmo argumento serve de justificação para não assumir esta responsabilidade. Senhor presidente, de quanto dinheiro estamos a falar? Quanto dinheiro a mais já nos custaram todos estes atrasos? A segunda razão é ainda mais estranha. Este executivo não tem recursos humanos e delegam toda esta responsabilidade numa pessoa que, até agora, ainda não existe nos quadros. Isto é, aguardam, e cito, “*um procedimento a decorrer para a nomeação de um dirigente para a divisão de desenvolvimento social que irá organizar o processo de transição destas novas competências para o município*”. Senhor presidente, estes assuntos são demasiado sérios e tal como dissemos anteriormente, exigem um planeamento antecipado, rigoroso e objetivo. Estranhámos, portanto, que estando este processo a decorrer há tantos anos, há dois nomeadamente, ainda não tenham visto isso

com tempo. Julgamos que o executivo deve repensar as suas prioridades pois não pode invocar uma dualidade de critérios para o mesmo assunto, conforme mais lhe convém.-----

Presidente da Câmara Municipal – Eu penso que também aqui o senhor deputado Tony Martins não analisou bem a questão. Eu não sei se sabe, ao certo, de que transferências é que se trata. Aquilo que vai ser transferido, ou que há-de ser transferido, no âmbito da educação, é a gestão do pessoal auxiliar e pouco mais e as limpezas e os pequenos arranjos nos equipamentos, não é a concessão escolar, nem a concessão de edifícios. E quanto custa? Isso queríamos nós saber, essa foi uma das questões que colocamos ao Ministério quando nos mandaram o mapa de quanto é que iam transferir e nós entendemos que aquilo era insuficiente e que não dava para essas intervenções, portanto, por aí, essa foi uma das não respostas e que nos fez ficar à espera ainda da situação. Mas não tem a ver com as competências ao nível da concessão de edifícios, isso continua a ser do Ministério da Educação. Nós apenas vamos gerir pessoal auxiliar.-----

António Monteiro – Muito obrigado senhor presidente da mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores deputados municipais. Com a tolerância do senhor presidente, eu estava a pensar, aliás, intervir no próximo ponto, mas assim faço uma intervenção e abranjo os três próximos pontos que dizem respeito à transferência de competências para o município na matéria da educação, ação social e saúde e faço apenas uma intervenção e resolvo já aquilo que é a questão. A minha intervenção prende-se, fundamentalmente, com este ponto, que é, o que nasce torto tarde ou nunca se endireita. E a verdade é que, PS e PSD acordaram, na Assembleia da República, uma legislação em que havia uma série de competências que vão ser transferidas para as autarquias locais, para as CIM e para os municípios. Depois, era necessário aprovar cada um dos pacotes dessa mesma transferência e perceber quais são os recursos financeiros que existem e, depois, ainda era necessário que, por sua vez, as autarquias aceitassem essa mesma transferência considerando que os meios eram adequados. Ora, depois desse começo, que pareceria, eventualmente, auspicioso, aquilo que se percebeu é que, ao contrário daquilo que, geralmente, se costuma dizer que é *“a cavalo dado não se olha o dente”*, portanto, não se deveria olhar já que estão a entregar as competências, vamos aceitar, não. É que, quando a esmola é muita, é bom que o pobre desconfie, portanto, eu percebo perfeitamente que o senhor presidente da Câmara diga, aqui, que não há condições para aceitar competências na matéria da educação e em matéria de saúde porque as responsabilidades financeiras que existem na administração central e que sacudiria para cima das autarquias essa mesma responsabilidade financeira, convém que seja devidamente equacionada, contabilizada e se esses recursos existem e, neste momento, estão na administração central têm que ser transferidos para as respetivas autarquias que passam a assumir essa mesma responsabilidade. Ora, não é nada disso que está em cima da mesa porque o Partido Socialista, o governo, não contabiliza e não quer explicar quanto é que, efetivamente, custa também não quer transferir o dinheiro que permite suportar essas mesmas despesas. Nós registamos que a vontade do município se mantém tal como no ano anterior, que é, não há condições, e nós estamos de acordo. O município inova, aqui, dizendo que na ação social acha que já há condições. Senhor presidente, nós, aquilo que diremos é, na ação social, a responsabilidade é do senhor presidente. Não votaremos contra, também não temos a responsabilidade de votar a favor, portanto, iremos abster-nos, mas a responsabilidade é, por parte do senhor presidente, saber se, efetivamente, os recursos devidos, por parte da administração central, uma vez que é uma transferência de competências, estão devidamente equacionados, tanto mais que, aquilo que sabemos é que, naquilo que são as matérias mais difíceis, que são educação e saúde, este problema está a arrastar-se por todas as autarquias e era importante que houvesse a força suficiente para que se reequacionasse esta matéria e aquilo que é a repartição de recursos entre a administração central e a administração local.-----

Presidente da Câmara Municipal – A proposta vai exatamente nesse sentido. Em relação à ação social, já fazemos quase todo o trabalho nessas três áreas que são

transferidas e, embora discordámos do mapa, aceitámos a transferência com um mapa diferente.-----

O membro Luís Pedro saiu da sessão, não tendo participado na votação deste ponto, nem nas seguintes.-----

Após o período concedido para as intervenções, passou-se à votação deste ponto, tendo a Assembleia Municipal aprovado, por maioria, aceitar a proposta da Câmara Municipal, relativamente às novas competências previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, pelo que ficou decidido em **não aceitar** a transferência de competências na área da **educação**, no presente ano de 2021.-----

Dezasseis votos a favor – Alexandre Machado, Ana Tavares, António Dias, António Monteiro, Edite Rodrigues, Pedro Mendes, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques.-----

Nove abstenções – Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

Luís Pedro saiu da sessão antes da votação deste ponto.-----

1.11 Transferência de Competências para o Município 2021 – Ação Social: - Através do presidente da Câmara foi presente a proposta da Câmara Municipal, tomada na reunião ordinária realizada no passado dia 28 de abril de 2021, sobre o processo de descentralização.-----

Seguidamente, foi dada a palavra aos membros que pretendessem intervir neste ponto da ordem de trabalhos, pelo que se registaram as seguintes intervenções.-----

Diana Paiva – Renovo os meus cumprimentos de há pouco. O PSD considera muito positivo a Câmara Municipal querer já assumir esta responsabilidade, porventura, por ter elaborado, o Regulamento Municipal do Fundo de Emergência Social. Já aqui foi dito que está bem estruturado. No entanto, senhor presidente, como bem é referido neste ponto, no documento que nos é apresentado, há ainda que aguardar a publicação do despacho que melhor irá pormenorizar as reais competências transferidas, além de que, como é dito nos outros pontos, nada se sabe acerca das transferências de verbas para o município poder fazer face a esse novo encargo. A ação social tem muito que se lhe diga, não é só ter uma Assistente Social, há muitas famílias apoiadas, de várias formas, algumas com carácter financeiro, pelo Estado através da Segurança Social, e no documento que nos é apresentado nada é dito sobre o montante do encargo a assumir pelo município, parece-nos que o que é válido para os outros pontos, também, deverá ser válido para este ponto. Qual é a contrapartida financeira que o Estado se propõe a fazer ao Município para poder assumir este encargo. Continuamos com muito pouca informação, sabemos que a nossa população sairá beneficiada pela proximidade que a Câmara tem, mas não conseguimos perceber se depois o município terá a capacidade financeira, sem entrar em desorçamentação, para cumprir tal objetivo. Para se poder tomar uma posição sobre um ponto a informação tem que ser toda trazida, nomeadamente, de custos desta operação, e muito honestamente, não temos, só um despacho. Se o senhor presidente está na posse desta informação pode e deve trazê-la aqui, é sua obrigação é um direito nosso. Parece mesmo que tem o carro à frente dos bois.-----

Presidente da Câmara Municipal – Nós questionámos o mapa, que traduz uma transferência de cerca de cem mil euros, e pedimos para nos explicarem melhor. Feitas as contas àquilo que nós exercemos agora, pensamos que a transferência que está no mapa é suficiente. Apenas pedimos esclarecimentos à forma como eles localizaram a transferência de verbas.-----

Após o período concedido para as intervenções, passou-se à votação deste ponto, tendo a Assembleia Municipal aprovado, por maioria, aceitar a proposta da Câmara Municipal, relativamente às novas competências previstas no Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, pelo que ficou decidido em **aceitar** a transferência de competências na área da **ação social**, no presente ano de 2021.-----

Onze votos a favor – Alexandre Machado, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques.-----

Sete abstenções – Ana Tavares, António Dias, António Monteiro, Custódio Lima, Edite Rodrigues, Pedro Mendes e Sérgio Silva.-----

Sete votos contra – Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço e Tony Martins.-----

1.12 Transferência de Competências para o Município 2021 – Saúde: - Através do presidente da Câmara foi presente a proposta da Câmara Municipal, tomada na reunião ordinária realizada no passado dia 28 de abril de 2021, sobre o processo de descentralização.-----

Seguidamente, foi dada a palavra aos membros que pretendessem intervir neste ponto da ordem de trabalhos, pelo que se registaram as seguintes intervenções.-----

Patrícia Santos – Renovo os cumprimentos de há pouco. Senhor presidente, na sequência das suas justificações, explicações, como queira chamar e mediante aquilo que já foi dito, porque é que nós não recebemos a informação toda? Como é que nós vamos analisar uma coisa sobre a qual nós não temos conhecimento? Como é que nós vamos aqui votar algo que não temos conhecimento? Porque é que esse dito mapa não nos chegou à nossa posse? Será que nós somos leigos ao ponto de não saber analisar? Isso é um bocadinho estranho. Também questiono como é que podem assumir algo, ou não, sem ter bem estruturada a saúde em Sever porque, aquilo que nós temos visto, até agora, é que a saúde em Sever não está, sequer, assegurada, quanto mais estudada. O plano municipal de saúde que deveria já estar implementado e em vigor para, depois, nós podermos ver como é que as coisas se poderiam aplicar, continua sem sair do papel. Daqui a quatro anos está cá. Tenho quase a certeza. Nós andamos há muito tempo a correr atrás do prejuízo nesta área e noutras áreas e continuamos sem perceber porquê. Mas, também questiono algo, não saberão os senhores que a abrangência da ação social, que vós aceitais assumir sem saber os valores envolvidos, também passa pela saúde? A ação social também é saúde. Entendemos perfeitamente a vossa vontade, mas é a vossa responsabilidade assegurar devidamente a eficácia de cada uma das transferências. Estais preparados para isso?-----

Presidente da Câmara Municipal – Há aqui alguma confusão. O que se analisou antes, quanto à ação social, está lá explícito quais são as transferências a fazer, são a observação dos planos de RSI, são o acompanhamento social dos munícipes, que nós já fazíamos, e o outro também, e o CLDS que nós já exercemos, é só isso que é transferido na área social. RSI é o ministério mesmo a continuar a pagar, não tem a ver connosco. É apenas o controle que é transferido. No caso da saúde aquilo que tinha a vir já veio, isto é a repetição daquela primeira negação que nós fizemos aqui e o que se transfere na saúde nem é apenas a gestão do pessoal auxiliar, as limpezas e os gastos dos consumos normais. É isso que é transferido. Não é a colocação de médicos, nem de enfermeiros, não tem nada a ver com isso. Portanto, é por aí que nós entendemos que não temos condições para aceitar sem uma grande explicação.-----

Após o período concedido para as intervenções, passou-se à votação deste ponto, tendo a Assembleia Municipal aprovado, por maioria, aceitar a proposta da Câmara Municipal, relativamente às novas competências previstas no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, pelo que ficou decidido em **não aceitar** a transferência de competências na área da **saúde**, no presente ano de 2021.-----

Dezasseis votos a favor – Alexandre Machado, Ana Tavares, António Dias, António Monteiro, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Edite Rodrigues, Carlos Tavares, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Mariana Bastos, Mário Silva, Pedro Mendes e Renata Marques.-----

Nove abstenções – António Cruz, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

-----**Período destinado ao público**-----

Albino Coutinho Leitão, natural de Couto de Esteves e residente em Irijó de Rocas. Eu venho aqui porque ando, há quatro anos, sempre no mesmo. Recebi uma carta da Câmara que eu fiquei incumbido de arranjar testemunhas para a Travessa do Casal, que fecharam. Eu vim à Câmara e à GNR apresentar queixa que o indivíduo me tinha ameaçado e arranjei duas testemunhas. Soube que já tinha alguém apresentar, também, queixa dele. E eu recebi uma carta a dizer que o processo tinha sido arquivado. Contactei várias pessoas e eles têm medo de ser testemunhas por causa do indivíduo, porque ele é um bocado problemático e eles têm medo. Um deles pode ser o senhor presidente da Assembleia, pode testemunhar isso e o senhor presidente da Junta de Couto de Esteves. O indivíduo é um bocado problemático. Mas, eu relembro ao senhor presidente da Câmara que o antigo vereador, que está reformado, quando meteu a água pública para a, b e c, e o meu pai tirou licença para passar com o tubo da água dele, era público. Ele diz, ele ainda não morreu, ele diz que a Câmara meteu a água e que era público. Além disto, já tirei cópia da casa de um e de outro com as confrontações. Agora, se as confrontações não valem nada, não se fazem registos. Para quê? Portanto, eu queria aquilo resolvido, porque eu nasci em 1953 toda a vida ali passei e eu enquanto puder eu não desisto, aquilo é público. Não é como a comunicação social que veio dizer, aqui numa assembleia, que eu estava a fazer um caso meramente particular. Não, aquilo é público. E quem havia defender isso não era eu, era a Junta e a Câmara. Mas, não. Eu queria ver se defendia a casa dos meus pais, onde eu nasci, queria reabilitá-la na mesma. Enquanto eu puder não desisto. Obrigado.-----

Elga Silva – Boa noite. sou Silvescurense e venho representar os silvescurenses no intento que nós, silvescurenses, temos. Lamentavelmente, encontro-me aqui, nesta assembleia, a questionar a posição do executivo quanto ao alegado encerramento da extensão de saúde de Silva Escura. Fui contactada por vários silvescurenses no sentido de fazer uma abordagem ao assunto relativamente a esta ocorrência, a sua possibilidade ou não. Passemos aos factos de uma forma mais objetiva. No dia 9 de setembro, do ano transato, estive presente numa reunião do executivo e, entre outros assuntos, foi abordada a questão da falta de médico de família na extensão de saúde de Silva Escura. Foi-me respondido que existia concurso para a colocação de 2 médicos. Esta resposta, no meu ponto de vista, pode ser contida como falaciosa, pois eu e quem mais teve acesso à resposta do executivo depreendeu que os 2 médicos seriam para as extensões de saúde de Silva Escura e de Rocas, pois estavam carentes de médico de família. Mas, na realidade, esses 2 médicos foram, ou são, ou irão, para o Centro de Saúde de Sever do Vouga, daí a falácia. Nos dias de hoje, os silvescurenses e os restantes munícipes sem médico de família, deslocam-se de madrugada, como já foi dito nesta assembleia, entre as 05:30, 06:30, deslocam-se ao Centro de Saúde de Sever do Vouga com o intuito de marcarem uma consulta apenas para esse próprio dia. Pois bem, existem 8 consultas diárias para todos os munícipes do concelho que não têm médico de família. As pessoas deslocam-se de madrugada para obterem uma consulta, uma hipotética consulta, porque essa consulta pode nem existir se não houver vaga e depois, à tarde, vão ter essa mesma consulta. E como é que é para quem trabalha? E os nossos idosos sem transporte, nem meios económicos para pagarem esse transporte e as mães que têm filhos, e quem precisa mesmo de uma consulta e os doentes crónicos? Sujeitam-se a ir, de madrugada, para o centro para de Sever, para obterem uma consulta de que necessitam e sendo o mais provável é ter de voltarem no dia seguinte à mesma hora, madrugada, na tentativa de obter essa mesma consulta. Pelo telefone não vale a pena, sequer. É o que a população de Silva Escura, Dornelas e Rocas tem. Aumentar as horas de disponibilidade para as consultas dos utentes se, médico de família, não será a opção correta. A opção será alterar a forma, para além do número de horas, alterar a forma e o sistema como estão a ser marcadas as consultas para os utentes que não têm médico de família atribuído. Mas, há mais. Nos últimos dias, sendo esta uma das razões que começou a alterar o pensamento da população e as pessoas que se deslocam ao Centro de Saúde de Sever, o que acontece é que as pessoas que se

deslocam ao Centro de Saúde de Sever são convidadas a responder um questionário e, no final desse questionário, são abordadas no sentido de se inscrever. Para obterem o médico de família no Centro de Saúde de Sever do Vouga. Pois é. É assim mesmo, podem-se admirar, mas é isso que está a acontecer. A população está a ser convidada para se inscrever para ter médico de família em Sever do Vouga. O que vai acontecer a médio prazo é fácil de entender. As pessoas com ânsia e com a carência e com a necessidade de médico vão-se inscrever lentamente e daqui a meio ano, um ano, quem sabe, provavelmente a extensão de saúde de Silva Escura vai ter metade ou menos de metade dos utentes que tem neste momento. O que é que vai acontecer? Não tem utentes suficientes, não há necessidade de haver médico de família. O projeto está lançado. Nós só aceitamos se quisermos. O início do fim das extensões de saúde no concelho de Sever do Vouga está feito - é o início do fim. Houveram, inclusive, equipamentos da extensão de saúde de Silva Escura, que foram retirados. Porquê, não sei, o quê, não sei. Volto a dizer, o princípio do fim das extensões de saúde em Sever do Vouga está aí. O processo para o encerramento está criado, resta agora ao povo aceitar. Mas eu venho aqui em representação do silvaescurenses e perante esta Assembleia, acompanhado por silvaescurenses para vos comunicar que nós, silvaescurenses, não vamos deixar. Conseguiram retirar-nos a escola, mas não vão conseguir retirar-nos a extensão de saúde porque nós somos uma freguesia cada vez mais envelhecida e a qualidade de vida das pessoas que restam lá depende muito deste serviço. Os silvaescurenses e todos os utentes da extensão de saúde de Silva Escura vão estar unidos e não vão deixar o encerramento dessa mesma extensão de saúde. E, para tal, vamos fazer algumas perguntas que precisamos de resposta deste executivo camarário. Vamos fazer as perguntas ao executivo e à Assembleia também. No meu ver, merecemos uma resposta cabal e objetiva. Primeira pergunta - são conhecedores destas dificuldades que os utentes das extensões de saúde dos utentes sofrem ou têm que passar para conseguir marcar uma consulta? Foi de forma consciente a informação dada na reunião do dia 9 de setembro que os 2 médicos viriam para assegurar as extensões de Silva Escura e de Rocas? Esta Assembleia e o executivo são conhecedores destes subterfúgios e estratagemas usados para mais cedo ou mais tarde, condicionarem o encerramento das extensões de saúde no concelho? Se calhar a questão mais importante, está este município representado nesta Assembleia e pelo executivo disposto a participar nos movimentos e ações necessárias para procedermos no sentido de impedirmos o encerramento das extensões de saúde do nosso concelho? Estão ou não disponíveis? A resposta é simples, sim ou não. Estão disponíveis para nos encontrarmos e definirmos uma forma, formas e estratégias de encetarmos um processo para levarmos esta situação a termo e não o encerramento das extensões de saúde? Ou vai acontecer, como aconteceu em outras situações que não sabia muito bem e quando se chega ao término, chega-se à conclusão que as pessoas não se mexeram e não foram ouvidas da maneira correta e da forma correta. Os utentes da extensão de saúde Silva Escura estão dispostos a ir até às últimas consequências, mas precisamos de apoio, precisamos de apoio dos munícipes e do município. E para terminar, porque eu não me quero esticar muito apelo ao coração dos munícipes, dos severenses dos nascidos em Sever do Vouga e dos que são severenses por opção para nos ajudarem a contrariar este propósito da ACeS ou ARS ou do Ministério da Saúde. Apelo, principalmente aos severenses nascidos em Silva Escura. Que, independentemente da sua profissão do seu cargo, que ajudem a defender a Terra que é sua, que é nossa, que é vossa. A todos sabemos qual é o futuro de uma Terra sem escola. Depois, sabemos qual é o futuro de uma duma Terra sem serviço de saúde e a seguir vem a falta da farmácia. A seguir vem a falta dos casais jovens. A seguir vem a falta de pessoas. Sabemos o fim? Vou terminar como comecei lamentando. Lamento nós que nós o povo tenha que estar aqui em representação ou não, mas representando o povo para reivindicar um direito que foi conquistado pelo 25 de Abril.----- Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido

elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----